

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**NATÁLIA BARBOSA ARGILES GONÇALVES**

**AS RELAÇÕES BRASIL – ÍNDIA (1991 – 2014):  
PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS EM UMA ORDEM GLOBAL EM  
MUDANÇA**

**Porto Alegre**

**2014**

**NATÁLIA BARBOSA ARGILES GONÇALVES**

**AS RELAÇÕES BRASIL – ÍNDIA (1991 – 2014):  
PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS EM UMA ORDEM GLOBAL EM  
MUDANÇA**

Trabalho de diplomação submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFGRS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis Da Silva

**Porto Alegre**

**2014**

**NATÁLIA BARBOSA ARGILES GONÇALVES**

**AS RELAÇÕES BRASIL – ÍNDIA (2003 – 2014):  
PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS EM UMA ORDEM GLOBAL EM  
MUDANÇA**

Trabalho de diplomação submetido ao  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Faculdade de Ciências  
Econômicas da UFRGS, como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jacqueline Angélica. Hernández Haffner  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Maria Ranincheski  
UFRGS

*Aos meus pais, Sérgio e Regina.*

## AGRADECIMENTOS

Tenho muitas pessoas a quem gostaria agradecer por ter chegado a este momento e que gostaria que se sentissem parte dessa conquista. Primeiramente, os meus pais, Sérgio e Regina, por todo carinho, por acreditarem na minha capacidade e por viverem junto comigo cada um dos meus sonhos.

Agradeço à minha irmã Luiza pela cumplicidade, dedicação e por ser meu chão. À minha irmã Manuela, pelo carinho e pelos presentes que são o Matias e o Vicente. Agradeço aos meus avôs e avós, Nerci, Corongo, Ceny e Adão, pelo lindo exemplo de vida e por eu reconhecer um pouco de mim em cada um deles. Agradeço a todas as minhas primas e primos, que são verdadeiros amigos e irmãos. Agradeço a todos os meus tios, pela amizade, exemplo e incentivo em todas as ocasiões. Agradeço ao André (Varial), por tudo o que representa na minha vida. Agradeço aos amigos verdadeiros, aos que permaneceram, especialmente à Janyce pela sintonia e pelo “título” de amizade insubstituível. Agradeço ao CLJ e à Lampert Centro de Danças.

Agradeço ao CERI e ao BIS por terem tornado a minha experiência na graduação ainda melhor. Agradeço a todos os meus colegas da UFRGS, que compartilharam experiências de aprendizado e amizade ao longo destes anos, especialmente aos amigos verdadeiros que aqui fiz. Agradeço aos amigos que fiz em Grenoble, por fazerem parte das minhas melhores lembranças e por contribuírem pelo meu conhecimento e respeito a cada uma das diferentes culturas. Neste trabalho não posso deixar de citar a minha amiga Aradhita, por me fazer querer que Brasil e Índia fossem muito mais próximos.

Agradeço aos meus professores que ao longo de toda a vida me inspiraram e incentivaram, em especial ao Professor André Reis pelo apoio ao longo de toda a graduação, pelas oportunidades e pela atenção, paciência e orientação.

## RESUMO

Este estudo busca compreender como são as relações entre o Brasil e a Índia em um contexto de mudanças na ordem internacional pós-Guerra Fria, na qual ambos despontam como polos emergentes. O trabalho se insere no debate sobre reestruturação do sistema internacional, surgimento de novas potências e fortalecimento das relações Sul-Sul e se justifica, pois embora a bibliografia atual dê menor ênfase às relações Brasil-Índia, percebe-se sua crescente importância e singularidade. Inicialmente, através de um referencial teórico, é feita a caracterização do sistema internacional pós-Guerra Fria e da atuação externa do Brasil e da Índia neste período, em que esta inicia o seu processo de abertura e busca de novos mercados e aquele passa de uma matriz de política externa neoliberal para uma de caráter neodesenvolvimentista, priorizando contatos com nações em desenvolvimento. Em seguida, analisam-se as relações Brasil-Índia no período proposto. No plano bilateral, observa-se a intensificação dos contatos, porém os esforços políticos ainda superam os resultados econômicos. No plano multilateral, destacam-se iniciativas inéditas, como os arranjos IBAS e BRICS e a atuação conjunta no G20 no âmbito da OMC, e no G4 na reivindicação por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O estudo conclui que Brasil e Índia constroem a parceria com o intuito de fortalecerem a sua capacidade de liderança na ordem global.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira. Índia. Potências Médias. Relações Sul-Sul. BRICS.

## ABSTRACT

This study aims to understand the relations between Brazil and India in the context of changes in the post-Cold War international order, in which both appear as emerging poles. The work is part of the debate on restructuring the international system, emergence of new powers and strengthening of South-South relations. It is justified because although the current bibliography gives less emphasis to Brazil-India relations, we can notice its growing importance and uniqueness. Initially, through a theoretical framework, we characterize the post-Cold War international system and the external actions of Brazil and India in this period. While India starts its process of economic opening and searches for new markets, Brazil switches from a neoliberal matrix of foreign policy to one of neodevelopmental character, prioritizing contacts with developing nations. Then we analyze Brazil-India relations in the proposed period. At the bilateral level, there is the intensification of contacts, but political efforts still outweigh the economic results. Multilaterally, stand out unprecedented initiatives, such as IBSA and BRICS arrangements and joint action in the G20 within the WTO, and G4 in claiming for a permanent seat on the UN Security Council. The study concludes that Brazil and India build the partnership in order to strengthen their leadership in the global order.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy. India. Middle Powers. South-South Relations. BRICS.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-americana
ASA	Cúpula América do Sul – África
ASPA	Cúpula América do Sul-Países Árabes
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia, China
BJP	Bharatyia Janata Party (Partido do Povo Indiano)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
F.O.B.	Free on Board
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCUS LAC	Focus: Latin America and Caribbean
G10	Grupo dos 10
G20	Grupo dos 20 (19 maiores economias do mundo mais a União Europeia)
G20	Grupo dos 20 (países em desenvolvimento)
G4	Brasil, Índia, Alemanha e Japão
G4	Estados Unidos, União Europeia, Índia e Brasil
G5	Brasil, Índia, Iugoslávia, Argentina e Egito
G7	Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos
GATT	General Agreement On Tariffs And Trade
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IBSAMAR	India-Brazil-South Africa Maritime
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IOR	Indian Ocean Region
IOR-ARC	India Ocean Rim-Association for Regional Cooperation
ITEC	Indian Technical & Economic Cooperation Programme
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MNA	Movimento dos Não-Alinhados
MTCR	Missile Technology Control Regime
NDA	National Democratic Alliance



NDB	New Development Bank
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PALOPS	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB PPP	Produto Interno Bruto por Poder de Paridade de Compra
PIB	Produto Interno Bruto
PIO	Pessoas de Origem Indiana
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAARC	South Asian Association for Regional Cooperation
SACU	Southern Africa Customs Union
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TRIPs	Trade-Related Aspects of Intellectual Property
UA	União Africana
UNASUL	União das Nações Sul Americanas
UPA	United Progressive Alliance

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro – Índia (1981 – 1990)

Gráfico 2: Intercâmbio Comercial Brasileiro – Índia (1991 – 2000)

Gráfico 3: Intercâmbio Comercial Brasileiro – Índia (2001 – 2013)

Gráfico 4: Índice de Complementaridade de Comércio Brasil-Índia e Brasil Países  
Selecionados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O BRASIL E A ÍNDIA COMO POLOS EMERGENTES NA ORDEM GLOBAL PÓS-GUERRA FRIA .....</b>	<b>16</b>
2.1	O SURGIMENTO DE NOVOS POLOS NO SISTEMA INTERNACIONAL .....	17
2.2	A POLÍTICA EXTERNA INDIANA.....	21
2.3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA .....	29
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA (1991-2014) .....</b>	<b>39</b>
3.1	RELAÇÕES BILATERAIS .....	39
3.1.1	Relações Bilaterais Pré-1991.....	39
3.1.2	Relações Bilaterais 1991-2014.....	41
3.2	RELAÇÕES MULTILATERAIS .....	53
3.2.1	O G20 e o G4 .....	54
3.2.2	O IBAS e o BRICS.....	59
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
	<b>ANEXO A – ACORDOS BRASIL-ÍNDIA.....</b>	<b>79</b>
	<b>ANEXO B – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA .....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria marca o início de um processo de redistribuição de poder no cenário internacional, com o surgimento de novos polos e com alterações significativas nos padrões de relacionamento entre os seus atores. Em resposta às ações unilaterais da potência hegemônica no início do século XXI, alguns países considerados periféricos passam a exercer influência além do seu entorno regional e a ambicionarem maior participação nas questões centrais da política internacional. Para atingirem seus objetivos, fortalecem os laços entre si e se articularem em coalizões inéditas. Estes novos arranjos se diferenciam por não empregarem força militar, utilizando apenas o seu peso econômico, demográfico e capacidades político-diplomáticas para se projetarem internacionalmente. Além da ascensão destes novos polos, há outro fenômeno a ser observado: a crescente interação entre os países em desenvolvimento, que atribuem cada vez mais importância à Cooperação Sul-Sul. Entende-se que o estreitamento da interdependência e a consolidação do diálogo entre eles podem vir a alavancar a sua projeção no mundo.

O Brasil se insere nesta nova ordem como um grande país em desenvolvimento e ator internacional de relevância, devido ao seu crescimento econômico, importância regional e por desempenhar um papel mais ativo em instituições internacionais. O país busca traduzir o seu peso econômico em projeção política e reorienta sua atuação externa a fim de conquistar maior autonomia e influência no cenário internacional. Dá-se maior ênfase à defesa da multipolaridade e à formação de parcerias com emergentes, especialmente a partir da crise econômica mundial de 2008. Da mesma forma, a Índia desponta como uma potência econômica, demográfica e nuclear que objetiva o reconhecimento do seu *status* perante a sociedade internacional. O país abandona o isolamento econômico que perdurou até o fim da Guerra Fria e vai em busca de novos mercados, desempenhando uma política externa cada vez mais pragmática, em oposição ao seu histórico idealismo.

Este trabalho se insere no debate a respeito destes dois fenômenos ao focar especificamente nas relações Brasil-Índia no contexto pós - Guerra Fria. Por utilizarem estratégias de inserção e argumentos semelhantes (grande peso econômico e populacional, porém pouca representatividade internacional) para reivindicarem maior participação e reconhecimento da comunidade internacional, torna-se relevante investigar como estes países cooperam ou divergem neste sentido.

Este estudo tem como objetivo geral traçar o perfil das relações atuais entre os dois países, a fim de entender a importância mútua que estes se atribuem na elaboração de suas estratégias de projeção internacional nesta nova ordem.

A hipótese central é a noção de que Brasil e Índia instrumentalizam a sua parceria no intuito de se fortalecerem como polos emergentes no sistema internacional. Esta não pode ser vista como uma parceria “natural”, no sentido de ser fruto de complementaridades, mas como resultado de interesses estratégicos, que compreendem a importância do apoio mútuo para a obtenção de objetivos convergentes.

Este trabalho tem como objetivos específicos:

- a) compreender o atual debate teórico sobre a distribuição de poder no sistema internacional, caracterizando as potências médias e o seu padrão de comportamento no sistema pós-bipolaridade, destacando o surgimento das parcerias estratégicas Sul-Sul;
- b) situar as perspectivas e principais estratégias de inserção internacional do Brasil e da Índia nas últimas décadas;
- c) fazer um breve histórico das relações indo-brasileiras pré-1991;
- d) verificar como se deram os contatos bilaterais entre 1991 e 2014, buscando não apenas descrever, mas compreender os aspectos determinantes para aproximação ou afastamento;
- e) verificar o papel conjunto do Brasil e da Índia na construção de arranjos multilaterais e qual o impacto destes para a projeção internacional dos dois países.

O interesse da pesquisa justifica-se pelo fato de que a estratégia de inserção internacional do Brasil – baseada na defesa da multipolaridade e da diversificação dos parceiros internacionais – demanda que se compreenda a natureza destas parcerias a fim de que se explorem cada vez mais as potencialidades e limitações das mesmas. Porém, a produção acadêmica a respeito deste tema concentrou-se no estudo dos arranjos multilaterais ou deu mais enfoque aos países com os quais o Brasil possui relações mais intensas, como a China, embora se perceba a crescente importância e singularidade das relações Brasil-Índia.

Dentre outros países emergentes – particularmente o grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) – Brasil e Índia se assemelham. Diferentemente da China e Rússia, ainda permanecem à parte das principais decisões políticas e securitárias mundiais, por não possuírem assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Por outro lado, possuem economias, populações e territórios mais expressivos que a África do Sul.

Justifica-se a delimitação temporal adotada na pesquisa o fato de o ano de 1991 ser marcado pelas mudanças causadas pelo fim da Guerra Fria, em que o esfacelamento dos blocos possibilitou a busca por outros contatos e o descongelamento da distribuição de poder global permitiu o surgimento de novas potências. Neste mesmo ano, a Índia dá início a profundas reformas macroeconômicas e passa a desempenhar uma política externa de caráter mais “globalista”, com o intuito de conquistar novos mercados e parceiros comerciais. Dessa forma, sustenta-se que o ano de 1991 foi o *turning point* nas relações indo-brasileiras, marcando uma aproximação motivada pela iniciativa indiana.

Esta pesquisa se baseia em um amplo levantamento bibliográfico, busca em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais, análise de fontes da imprensa, investigação documental e apreciação de discursos oficiais dos governos brasileiro e indiano, estatísticas de comércio internacional e dados das organizações internacionais.

Para a compreensão da inserção exterior do Brasil e da Índia no sistema internacional enquanto polos emergentes utiliza-se o conceito de potência médias de Lima (2005). A autora apresenta uma síntese do debate sobre o que credenciaria um país à categoria de potência média, com base nas capacidades intermediárias, no reconhecimento internacional e em um padrão de comportamento específico. A análise deste comportamento é feita com base no conceito de *soft balancing* de Pape (2005), segundo o qual os países intermediários respondem à unipolaridade através de coalizões *soft*, isto é, sem fazer uso de instrumentos militares (*hard*).

A análise da política externa indiana baseia-se na interpretação de Ganguly e Pardesi (2009) de que esta se divide em três fases nas quais, ao longo dos anos, são acrescentados elementos realistas e pragmáticos sobre os princípios fundamentais adotados desde a época da sua independência. Sendo assim, para se compreender a totalidade das diretrizes da política externa indiana, faz-se um recuo histórico ao seu período de independência. Para o estudo da política externa brasileira, operacionaliza-se o conceito de matriz de política externa de Ricardo Sennes (2003), que, observando linhas mais gerais, permite uma análise que transpõe os limites temporais dos governos. Este conceito permite que se percebam os determinantes para aproximação ou afastamento do Brasil em relação à Índia.

Este trabalho está dividido em duas partes além desta introdução. No capítulo a seguir busca-se caracterizar a ascensão do Brasil e da Índia como polos emergentes na ordem internacional pós-Guerra Fria. Para isso, é feita a caracterização do sistema internacional atual como uma “ordem global em mudança”, através de referenciais teóricos acerca da distribuição de poder no sistema internacional. Também se conceitua o que são polos de poder, potências

médias e qual o padrão de comportamento destas na ordem pós-bipolar. Destaca-se a formação de coalizões de caráter *soft* e a formação de parcerias estratégicas Sul-Sul. A seguir, é feita a análise da Política Externa de cada um dos dois países, buscando compreender quais as principais linhas de atuação no âmbito bilateral, multilateral e regional desde a década de 1990 até 2014.

Na segunda parte, estudam-se as relações indo-brasileiras propriamente ditas. Optou-se por uma divisão entre os contatos bilaterais em um primeiro subcapítulo e os multilaterais na parte a seguir, a fim de se destacar o descompasso nas duas esferas. No âmbito bilateral, faz-se um breve relato das conexões históricas; em seguida, analisam-se os contatos a partir de 1991 com destaque às visitas de alto nível, celebração de acordos em áreas de destaque, cifras e pautas do intercâmbio comercial, e volume de investimentos e potencialidades na cooperação em ciência e tecnologia.

No âmbito multilateral, relata-se a participação do Brasil e da Índia na criação e os principais resultados obtidos na articulação em quatro fóruns internacionais. Dois deles atuam dentro de instituições internacionais amplas e dois são arranjos novos, criados com fins específicos para o fortalecimento do diálogo entre os países em desenvolvimento: o G20 comercial, no âmbito da OMC, contra os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos; o G4, que une Brasil, Índia, Alemanha e Japão no pleito por um assento permanente no CSNU; o IBAS, fórum voltado à cooperação Sul-Sul; e o BRICS, sigla que ganha cada vez mais destaque no meio acadêmico e na mídia, dotando-se de sentido político a partir de 2009.

## **2 O BRASIL E A ÍNDIA COMO POLOS EMERGENTES NA ORDEM GLOBAL PÓS-GUERRA FRIA**

O período que seguiu o fim da bipolaridade se caracterizou pela difusão global do neoliberalismo político e econômico, levando Francis Fukuyama (1989) a proclamar o “fim da História”. Para ele, a ausência de uma ideologia que se contrapusesse ao neoliberalismo daria fim aos conflitos internacionais e, conseqüentemente, às transformações históricas neste sistema. O cenário internacional da década de 1990 foi marcado pela hegemonia dos Estados Unidos, com o fortalecimento do unilateralismo norte-americano e com a securitização da sua agenda externa, especialmente após o 11 de setembro de 2001.

No entanto, na década seguinte, percebeu-se o crescente protagonismo de países emergentes, tanto na economia mundial como na governança global. Essas mudanças reascenderam o debate sobre transição de poder, surgimento de novos polos e reestruturação das instituições internacionais, demonstrando que, ao contrário do que apontou Fukuyama, o sistema permanece em transformação (IKENBERR; WRIGHT, 2008; MOORE, 2007; FLEMES, 2010).

No presente capítulo, buscaremos compreender através de um referencial teórico, quais são as transformações essenciais que ocorrem no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria, relacionando-as com o surgimento de novas potências que, embora com capacidades médias, articulam-se entre si a fim de formarem um contrapeso não tradicional à potência hegemônica.

Em seguida, buscaremos compreender as principais linhas adotadas pelas políticas externas da Índia e do Brasil desde o fim da Guerra Fria, observando-se o perfil de atuação internacional e as estratégias de inserção globais de cada um, bem como o contexto sobre o qual se deu a aproximação entre os dois países a partir da década de 1990.

No caso da Índia, optou-se por um recuo histórico para se chegar à origem das principais linhas diplomáticas adotadas pelo país e pela importância de se compreender as razões históricas que o levaram a realizar mudanças na sua orientação externa. No caso do Brasil, fez-se uma análise através do conceito de matrizes de Ricardo Sennes, que permitirá a compreensão do interesse brasileiro pela Índia em momentos-chave da sua política externa.



## 2.2 O SURGIMENTO DE NOVOS POLOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

Este estudo emprega o conceito de Raymond Aron (1962) de que sistema ou ordem internacional é o conjunto das unidades políticas que mantêm relações regulares e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. Segundo este autor, o sistema internacional é anárquico e sua estrutura deriva do número de grandes potências que nele atuam. Entende-se por estrutura a distribuição de capacidades no sistema internacional. Assim, mudanças na correlação de forças permitem o surgimento de novos polos de poder que alteram a natureza da ordem estabelecida.

Zaki Laïdi (2012, p. 6) define um polo como “um ator capaz de produzir ordem ou gerar desordem”, ou seja, ditar as regras do sistema ou modificá-lo de acordo com os seus interesses. Dessa forma, a ordem global é determinada pela quantidade de polos capazes de influenciá-la. Os sistemas podem ser unipolares, bipolares ou multipolares, definidos pela própria etimologia. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, passou-se por uma fase bipolar ao longo da Guerra Fria, com duas superpotências que se equilibravam mutuamente. O fim da União Soviética demarca o início da era unipolar, com a preponderância dos Estados Unidos em todos os aspectos do jogo internacional.

O debate sobre a transição a um sistema multipolar veio à tona com o fim da Guerra Fria, alimentado pelas ideias neorrealistas<sup>1</sup> de que haveria a formação de uma contrabalança ao poder unipolar. Segundo Kenneth Waltz (1993), o sistema unipolar é muito instável e em breve haveria potências emergentes que desafiarão a superpotência em busca de um novo equilíbrio de poder. Entretanto, diferentemente do que se imaginava, desde o fim da Guerra Fria não houve tentativas reais para balancear o poder norte-americano da maneira definida por este autor.

Para Pape (2005), existem três possíveis interpretações: a de Kenneth Waltz, segundo a qual a formação de coalizões para balancear o poder dominante é feita de forma lenta e irregular e os Estados mais fracos realizam o *buck-passing*, isto é, tendem a não enfrentar o hegemônio, apenas esperando ou encorajando que outros Estados o façam. A de Stephen Walt, que afirma que Estados formam coalizões apenas ao perceberem intenção de agressividade, porém os países emergentes não percebem as ações da potência hegemônica como diretamente agressivas e, por isso, não agem de forma a balanceá-la. Por fim, a de

---

<sup>1</sup> Realismo Estrutural, ou Neorrealismo é a linha introduzida por Keneth Waltz, que sustenta que o interesse fundamental dos Estados é a sobrevivência no sistema internacional e, para isto, maximizam segurança. Waltz afirma que a estrutura do sistema internacional é o que determina a competição entre as potências (PECEQUILO, 2004).

Mearsheimer, para quem a explicação está na grande estratégia dos Estados Unidos de, em vez de dominarem importantes regiões, apenas concentrarem esforços para impedir que outros dominem, evitando serem vistos como um Estado agressivo (PAPE, 2005)

Além disso, pode-se dizer que um dos principais motivos pelos quais não houve a formação de uma coalizão para contrabalancear o poder dos Estados Unidos é o fato de que estes possuem uma grande margem de superioridade de capacidades. O confronto direto torna-se altamente custoso para qualquer Estado individualmente e, devido à falta de confiança mútua, muito arriscado para Estados operando em uma coalizão. No entanto, a política externa unilateral dos Estados Unidos, expressa na invasão ao Iraque em 2003, vem produzindo incentivos para que outros países se contraponham ao posicionamento norte-americano. Assim, após mais de duas décadas de hegemonia absoluta, começam a surgir novos polos dentre os países periféricos, colocando o sistema internacional “[...] entre a uni e a multipolaridade” (VIZENTINI, 2006, p. 15).

A multipolaridade é conceituada por Zaki Laïdi (2012) como aquela em que o poder está distribuído entre pelo menos três polos significantes que concentram riquezas, capacidades militares e são capazes de bloquear arranjos políticos contrários aos seus interesses fundamentais. Dessa forma, entende-se que o sistema atual encontra-se em transição, visto que os novos polos não são potências consolidadas e suas capacidades ainda não se equiparam às da potência hegemônica.

Estas novas potências que emergem no sistema internacional vêm sendo temas de diversos debates acadêmicos sob os rótulos de potências “médias”, “intermediárias”, “regionais” ou “emergentes”. Embora não haja consenso quanto às definições de tais expressões e seu significado possa mudar dependendo do contexto e do uso, em geral atribui-se a estas pelo menos três características: “capacidades materiais, uma medida de autopercepção e o reconhecimento dos outros Estados, em especial das grandes potências” (LIMA, 2005, p. 1).

Estes países que a princípio exerciam influência apenas em seus blocos regionais, passam a contestar a potência hegemônica, porém, não da forma tradicional, mas através de um balanceamento *soft*, isto é, reivindicando maior participação dentro das instituições da ordem já estabelecida. Contrapondo-se às ações unilaterais dos Estados Unidos, as demais potências tendem a utilizar medidas de *soft balancing*, ou seja, ferramentas não-militares (medidas econômicas, diplomáticas e atuação em instituições internacionais) para exercerem maior influência no sistema internacional. Algumas dessas medidas são a negação territorial,

o uso de manobras diplomáticas, o fortalecimento econômico e a participação em coalizões que excluam a potência hegemônica (PAPE, 2005, p. 36).

Dentre estes países, a mídia e os meios acadêmicos têm dado bastante destaque aos BRICS. Em termos econômicos, estudos apontam que nas próximas décadas alguns destes países serão capazes de rivalizar com economias consolidadas como os Estados Unidos e a Europa. Esta constatação foi feita pelo banco de investimentos *Goldman Sachs* em um estudo que apontou Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) como principais mercados emergentes com potencial de superar a economia de países do G7, o grupo de países mais ricos do mundo. Nos anos seguintes o conceito se disseminou, culminando com a criação de um fórum de diálogo entre estes países em 2009, que se ampliou incorporando a África do Sul em 2011 (FLEMES, 2010; O'NEILL, 2001).

Além deste, destacam-se a criação de outros mecanismos de articulação, como o Fórum trilateral Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e iniciativas de integração regional, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União Africana (UA), a União Aduaneira da África Austral (SACU) e a Associação Regional para Cooperação no Sul da Ásia (SAARC). Posicionando-se como potências econômicas crescentes e articulando-se diplomaticamente, estes países reivindicam maior participação e a defesa de interesses próprios nas instituições globais vigentes, como é o caso do G20 comercial que opera no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC); o G20 das maiores economias do mundo, atuando na governança financeira; e o G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), para o CSNU. Estas iniciativas, embora não sejam estratégias tradicionais de balanceamento (com utilização de poder militar ou *hard*), trazem ganhos políticos aos seus membros que, uma vez articulados, conseguem aumentar o seu poder de barganha dentro das instituições multilaterais.

Outro comportamento observado é a ampliação do contato bilateral entre as potências emergentes. As transações deste tipo vêm se ampliando nas últimas décadas. Países que historicamente possuíam pouco ou nenhum diálogo passam a criar iniciativas políticas inéditas com o intuito de se inserirem em novos mercados em expansão e para descobrirem afinidades a serem exploradas nos setores mais diversos, desde o comércio, investimentos, cooperação para o desenvolvimento, projetos de cooperação técnica e colaboração em temas de interesse comum junto a instituições multilaterais.

Assim surgem as parcerias estratégicas Sul-Sul. O conceito de parceria estratégica tornou-se bastante disseminado nas últimas décadas, gerando dúvidas e até mesmo ceticismo quanto ao seu uso. O termo indica um relacionamento bilateral altamente priorizado pelas

diplomacias, em razão da sua relevância política, geopolítica ou econômica (OLIVEIRA; LESSA, 2013). Distinguindo-se das “alianças internacionais” que trazem uma ideia securitária, as parcerias estratégicas possuem um conteúdo mais amplo, abarcando diversos temas cada vez mais centrais na agenda internacional como meio ambiente, energia, comércio, entre outros.

Muitos argumentam que estratégias de segurança e o próprio fortalecimento de capacidade armamentista são cada vez mais complementados por estratégias não coercitivas de interação, em um mundo que confronta a hegemonia norte-americana atual com técnicas sutis de *soft balancing*. Não se poderia também esquecer que a segurança nacional põe cada vez mais associada a áreas não relacionadas à defesa doméstica, como migração, saúde, meio ambiente e comércio (FARIAS, 2013, p. 22).

O fato de estas questões estarem presentes em todos os relacionamentos bilaterais na atualidade faz com que se questione o que diferencia uma parceria estratégica de outras formas de colaboração. Parcerias são formas de atuação em sinergia para que se atinjam metas comuns. Estas se tornam estratégica quando há interesses de longo prazo e se traçam diretrizes para alcançá-los.

A parceria estratégica é reconhecimento mútuo da importância da atuação conjunta para que se alcance algum interesse de longo prazo. Os países emergentes cada vez mais firmam estes compromissos visando o desenvolvimento econômico, a ampliação do comércio e a criação de projetos conjuntos nas mais diversas áreas. O robustecimento dos laços bilaterais serve a ampliação da confiança mútua, a redução de assimetrias e para o aumento do poder relativo destes países no sistema internacional no longo prazo (BECARD, 2013, p.48; FARIAS, 2013, p. 24-25).

Em suma, entende-se que o sistema internacional atual encontra-se em uma fase de redistribuição da correlação de forças. Embora haja uma potência preponderante, verifica-se o surgimento de novos polos com capacidades intermediárias que, por meios não-militares (*soft*), contrapõem-se aos interesses da hegemonia, impondo suas próprias demandas na agenda internacional. Estas demandas ganham força, pois estes países passam a agir de maneira coordenada em coalizões exclusivas. Além disso, ampliam a interdependência e confiança mútua ao estreitarem os seus vínculos bilaterais, formando, em um patamar mais elevado, parcerias estratégicas Sul-Sul.

## 2.2. A POLÍTICA EXTERNA INDIANA

A Índia inicia o pós-Guerra Fria como uma potência econômica, demográfica e nuclear. O país orienta a sua política externa a fim de garantir a estabilidade regional, o seu desenvolvimento econômico e a legitimação do seu *status* de polo emergente. Para uma melhor compreensão da atuação da Índia nestas últimas décadas, primeiramente se faz necessária a caracterização do seu contexto interno e um breve histórico do país desde a sua independência até o final da década de 1980.

A importância da Índia é logo reconhecida ao se deparar com os seus significativos números, dentre os quais o tamanho da população é o primeiro que se destaca. Com 1,2 bilhões de habitantes – ao menos 1 bilhão a mais do que o Brasil – a Índia é a maior democracia do mundo e tem a segunda maior população do planeta. Esta se divide de acordo com a religião e com o grupo linguístico que determinam a organização econômica e política do país, assim como os conflitos internos e externos os quais enfrenta. A sua formação é de 80,5% hindus, 13,5% muçulmanos, cristãos e *sikhs* representam 2% cada e 2% pertencem a outros grupos (dentre budistas, zoroastristas, jainistas, sem religião ou sem religião definida) (WORLD BANK, 2014b).

O país é a décima maior economia do mundo em Produto Interno Bruto (PIB) nominal (US\$ 1,8 trilhões em 2013) e a terceira, se considerado o Poder de Paridade de Compra (PPP), tendo um PIB PPP que se aproximou de quatro trilhões de dólares em 2013. O país cresce a uma taxa média de 6% ao ano desde a década de 1990, atingindo níveis históricos de mais de 9% em 2006 e 2007. Nas últimas décadas o país tem sido bem sucedido nas suas políticas de ampliação da classe média, gerando bons resultados para a sua economia. Ainda assim, aproximadamente 70% da população indiana vive na zona rural e pelo menos 49% se ocupa com atividades ligadas à agricultura. Além disso, cerca de 30% da população permanece abaixo da linha de pobreza, o que significa por volta de 360 milhões de pessoas (WORLD BANK, 2014b). Esta condição tem um grande impacto nas suas decisões no âmbito internacional, especialmente o seu posicionamento na OMC.

A Índia é um país com profundas contradições. Por um lado, enfrenta problemas como desemprego, infraestrutura inadequada, analfabetismo e tem uma imensa massa de pessoas vivendo abaixo a linha de pobreza. Por outro lado, se projeta como *hub* tecnológico, tendo Bangalore como o seu “Vale do Silício”, além de possuir uma força de trabalho grande, qualificada, de baixo custo e que fala inglês (COSTA; SAXENA, 2007).

A Índia é uma república democrática, secular e parlamentarista, em que o primeiro-ministro é o chefe de governo e o presidente é o chefe de Estado. O sistema federativo divide o país em 29 Estados e 7 territórios da união. O sistema parlamentar é bicameral, formado pela *Rajya Sabha* (Câmara alta, representa os Estados) e a *Lok Sabha* (Câmara baixa, representa o povo). Em relação aos partidos políticos, destacam-se o Indian National Congress Party (Partido do Congresso) e o *Bharatiya Janata Party* (BJP) (Partido do Povo Indiano), líderes das coalizões<sup>2</sup> com maior representação no parlamento. Há ainda partidos menores que formam novas coalizões a exemplo da *Third Front* (Terceira Frente) como o *Samajwadi Party* (Partido Socialista) e a *Left Front* (Frente de Esquerda) como o Partido Comunista Indiano – Marxista (COSTA; SAXENA, 2007, p.110).

O Partido do Congresso foi criado em 1885 e esteve à frente do processo de independência do país. Este partido governou a Índia durante quase todo o período desde a sua independência em 1947 até o final dos anos 1990, com exceção de pequenos intervalos no final das décadas de 1970, 1980. Este é um partido de centro-esquerda e é liderado pela família Nehru-Gandhi. O primeiro Chefe de Governo da Índia independente foi Jawaharlal Nehru (1947-1964). Sua filha Indira Gandhi<sup>3</sup> assume como Primeira-Ministra entre os anos de 1966 e 1977 e tem um segundo mandato entre 1980 e 1984. Após o seu assassinato, é sucedida pelo filho Rajiv Gandhi, que governou entre 1984 e 1989 e foi assassinado em 1991 (COSTA; SAXENA, 2007, p.110).

Atualmente, o partido é liderado por Sonia Gandhi, viúva de Rajiv. Sonia é nascida na Itália e, mesmo considerada uma líder carismática, ela quebra a tradição da família e do partido ao optar por não assumir o cargo de primeira-ministra em 2004, principalmente devido às críticas à sua naturalidade. Assume como primeiro-ministro pelo Partido do Congresso Manmohan Singh, que governa até 2014. Rahul Gandhi, filho de Sonia e Rajiv, já é vice presidente do partido e cogitado a sucessor da política do Partido do Congresso e da família Nehru-Gandhi (COSTA; SAXENA, 2007, p.110).

Na década de 1990, o BJP ganhou força e através de uma coalizão de centro-direita (*National Democratic Alliance*) e completou um mandato entre 1998 e 2004, após já ter governado por um curto período em 1996. Em contraste com o Partido do Congresso, secularista, o BJP é um partido nacionalista que prega a *Hindutva*, uma ideologia que define a cultura indiana através dos valores do hinduísmo, gerando críticas por privilegiar este grupo

---

<sup>2</sup> Atualmente, o Partido do Congresso lidera a United Progressive Alliance (UPA) e o BJP lidera a National Democratic Alliance (NDA).

<sup>3</sup> Nome de família adquirido através do casamento, não há relação com Mahatma Gandhi (VIEIRA, 2013, p.87)

religioso, aumentando as tensões entre os diversos setores da sociedade e as relações com o vizinho Paquistão. O BJP sai como o grande vencedor das eleições gerais de 2014, garantindo maioria no congresso e a vitória de Narendra Modi como primeiro-ministro (VIEIRA, 2013; COSTA; SAXENA, 2007; SHOURIE, 1996).

A política externa da Índia, desde a sua independência em 1947 até os dias atuais, passou por três diferentes períodos. A primeira fase caracterizou-se pelo idealismo formulado por Jawaharlal Nehru; a segunda, iniciada em 1962, teve uma orientação realista como resposta à derrota militar para a China no mesmo ano; e a terceira tem caráter pragmático, iniciada na década de 1990 e influenciada pelas reformas econômicas liberalizantes que ocorrem nesta década (MUKHERJEE; MALONE, 2011; GANGULY; PARDESI, 2009).

Jawaharlal Nehru foi o primeiro governante da Índia independente e é considerado o pai ou o grande arquiteto da política externa indiana. A visão de nehruísta do sistema internacional e do papel da Índia no mundo pregavam um internacionalismo idealista, a autossuficiência, o não-alinhamento e a defesa de um socialismo *swadeshi*<sup>4</sup> e não-dogmático (ODGEN, 2014). Para manter a recém-conquistada independência, Nehru centrou a ação externa do país em dois objetivos: autonomia e “neutralismo ativo”. Estes foram possíveis à época, pois o país não fazia parte dos interesses estratégicos das superpotências. A participação ativa nas instituições multilaterais e operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a institucionalização do discurso neutralista, através do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), em 1955 e uma postura firme em defesa da descolonização moldaram a atuação indiana neste período (GANGULY; PARDESI, 2009; MUKHERJEE; MALONE, 2011).

Inspirando-se nos cinco princípios de Panchsheel – coexistência pacífica, não agressão, respeito mútuo pela integridade territorial e pela soberania, não-interferência nos assuntos domésticos, igualdade e mútuos benefícios – e o receio de que o aumento dos gastos com defesa desviassem recursos do desenvolvimento levaram a Índia a um erro estratégico. Em 1962, quando o Exército de Libertação Popular atacou as posições indianas que haviam avançado a Linha de Controle Real (LCR)<sup>5</sup> na fronteira no Himalaia, a Índia encontrava-se em grande desvantagem (GANGULY; PARDESI, 2009).

A derrota militar para a China em 1962 substituiu o idealismo por um posicionamento realista e demonstrou a necessidade de modernizações militares. Com isso, a Índia investiu no

---

<sup>4</sup> Em tradução literal do hindu, “do próprio país”. Referência ao “Swadeshi movement”, parte do movimento de independência indiano que boicotava os produtos ingleses durante a colonização, valorizando a produção nacional.

<sup>5</sup> Linha que demarca a fronteira de fato entre a Índia e a República Popular da China.

fortalecimento do exército e deu início ao debate sobre a nuclearização do país <sup>6</sup>. Em um primeiro momento, o parlamento indiano rejeitou esta opção, porém, em 1966, ao não conseguir garantia nuclear das grandes potências, Indira Gandhi autoriza o projeto nuclear. Em maio 1974 realiza-se o primeiro teste nuclear indiano, o *Smiling Buddha* ou *Pokhran-I*, o qual o governo declarou ter sido uma Explosão Nuclear Pacífica (GANGULY; PARDESI, 2009).

Embora mantivesse seu discurso de não-alinhamento, a Índia firmou um pacto de “paz, amizade e cooperação” com a União Soviética em 1971. No mesmo ano, a Índia interveio no conflito entre o Paquistão Ocidental e Oriental culminando com o fracionamento paquistanês e o surgimento de Bangladesh. Com isso, a Índia se consolida como potência preponderante no sul asiático. No entanto, a intervenção no Paquistão e os testes nucleares na década de 1970 reduziram a sua influência no âmbito multilateral e o país passou a sofrer com sanções internacionais. Neste período, a Índia não foi capaz de projetar o seu sucesso como potência regional para o âmbito global (GANGULY; PARDESI, 2009; MUKHERJEE; MALONE, 2011).

A década de 1990 marca uma nova fase na política externa indiana. A abertura econômica do país coincide com o fim da Guerra Fria e com as conseqüentes mudanças na ordem internacional. O colapso da União Soviética deixou a Índia sem o seu maior aliado econômico e militar. O modelo indiano de socialismo (*swadeshi*) também se mostrou insustentável, pois, após décadas de baixo crescimento baseado na planificação estatal, protecionismo e subsídios do governo, o país se encontrava em uma grave crise macroeconômica. A Índia recorre a um empréstimo de US\$ 2,2 bilhões com o FMI, que exige em contrapartida a realização de ajustes estruturais, dando início ao processo de liberalização econômica (ODGEN, 2014).

Em 1991, Narashima Rao, do Partido do Congresso, assume o governo em meio a uma crise de déficit fiscal e no balanço de pagamentos, com inflação galopante e divisas insuficientes<sup>7</sup>. Com o fim do bloco socialista, a Índia perdeu os contratos de permuta que mantinha tanto com os soviéticos como com o Leste Europeu. Além disso, a Guerra do Golfo elevou os preços do petróleo importado e houve um corte substancial de remessas enviadas

---

<sup>6</sup> Em razão dos testes nucleares chineses em 1964 e à possibilidade de o Paquistão também desenvolver esta tecnologia, apoiado pela China.

<sup>7</sup> Na época, estimou-se que a Índia só teria reservas suficientes para mais três semanas de importações (ODGEN, 2014, p. 103).



por Pessoas de Origem Indiana (PIO)<sup>8</sup> que moravam na região, o que representava parte significativa da renda do país (ODGEN, 2014).

De acordo com Maíra Vieira (2009, p. 36), a crise do início da década de 1990 é considerada um “ponto de virada” para o país. A crise serviu de gatilho para a adoção de medidas de abertura e desregulamentação da economia. Foram feitas uma série de privatizações (chamadas de “desinvestimento” pelos indianos) em setores de energia, hidrocarbonetos, transportes aéreos e telecomunicações.

Diminuiu-se as restrições aos investimentos estrangeiros e à captação de recursos no exterior. No domínio comercial, encerrou-se a política de substituição de importações, com isso, as tarifas de importação foram gradualmente reduzidas, bem como os subsídios às exportações e pôs-se fim às listas de restrições de produtos para importação. Em suma, os monopólios e o controle estatal foram gradativamente reduzidos. A taxa de crescimento que em 1991 era de 1,1% passou a 7,6% em 1995 (VIEIRA, 2013, p.89-90).

Diante deste novo contexto, a Índia passou a desempenhar uma política externa mais pragmática, com foco no comércio, recursos energéticos e na estabilidade regional (ainda que as tensões com o Paquistão permanecessem). Este período se caracterizou por um maior engajamento frente às organizações internacionais, melhores relações com os Estados Unidos e a China, pelo lançamento da *Look East Policy* e pela busca do reconhecimento internacional do seu status de grande potência.

No âmbito bilateral, o fim da Guerra Fria permitiu a aproximação da Índia com os Estados Unidos. Até então, as relações bilaterais eram marcadas por um sentimento antiamericano por um lado e pela falta de interesse estratégico do outro. O diálogo entre os dois países se inicia através de um mecanismo de consultas sobre segurança e política de defesa. Em 1992, são realizados os primeiros exercícios militares conjuntos. Os testes nucleares realizados pela Índia em 1998 causaram inicialmente uma retração na parceria. Os Estados Unidos condenaram os testes, impondo-lhe no âmbito da ONU e exigindo que a Índia – assim como o Paquistão – assinasse o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). No entanto, os testes nucleares obrigaram os Estados Unidos a reavaliarem o significado geoestratégico do subcontinente indiano e a emergência da Índia como uma democracia estável, com relevante capacidade econômica, militar e nuclear. Os Estados Unidos tomam uma postura mais neutra em relação ao conflito indo-paquistanês (KUX, 2002).

---

<sup>8</sup> Person of Indian Origin – indianos não-residentes no país.

A parceria ganha uma nova força a partir do 11 de setembro. A Índia abandona seu tradicional não-alinhamento e prontamente apoia os Estados Unidos na Guerra ao Terror. Este posicionamento se justifica pelo seu próprio histórico de luta contra o terrorismo de grupos separatistas e por esperar apoio contra grupos terroristas patrocinados pelo Paquistão. Os Estados Unidos responderam positivamente, reduzindo sanções impostas desde 1974 e incluindo alguns grupos paquistaneses na lista de organizações terroristas. A Índia também deu suporte logístico às operações no Afeganistão. O contraterrorismo serviu para estreitar os laços entre os dois países que posteriormente reconheceram-se como “aliados naturais”, convergindo em interesses comerciais, valores democráticos e avançando no impasse nuclear. Em 2005 estes assinam um pacto nuclear (para fins civis) e em 2008, Obama reconhece o “excepcionalismo indiano” na questão nuclear. Em 2010 os Estados Unidos finalmente declaram o seu apoio à Índia como um membro permanente do CSNU (ODGEN, 2014, p. 239-248).

Com a China, as relações bilaterais tiveram melhoras significativas desde o final da década de 1980. Em 1993, o Primeiro-Ministro Narashima Rao visita a China e os países celebram um acordo de manutenção da paz na LCR, reduzindo gradativamente as tensões na fronteira. Em 1998, o *Pokhran-II* trouxe novas incertezas aos chineses. No entanto, em 1999, o chanceler indiano Jaswant Singh visita a China, estabelecendo um Diálogo Securitário entre os dois países. O fato de o governo ser do BJP facilitou o diálogo, visto que não se entrou em discussões históricas, considerou-se que os desentendimentos eram entre o governo chinês e o Partido do Congresso. Logo a China compreendeu os objetivos do programa nuclear indiano não como uma ameaça direta, mas como uma estratégia da Índia para elevar-se a categoria de grande potência (ODGEN, 2014).

Atualmente, as relações dos dois países atingiram um nível maior de pragmatismo. Objetiva-se ampliar o comércio, assegurar a estabilidade na fronteira e manter o equilíbrio de poder na região. Os países declararam uma parceria estratégica em 2005 e também estabeleceram um diálogo no setor de energia. A China se tornou o maior parceiro comercial da Índia, os países cooperam militarmente, fazendo exercícios conjuntos de contraterrorismo e articulam posições em fóruns internacionais a favor do multilateralismo. Ainda assim, restam algumas tensões, como as relações da China com o Paquistão e a sua influência em Myanmar e no Sri Lanka; a aproximação da Índia com os Estados Unidos, vista com desconfiança pela China; além da oposição da China à entrada da Índia como membro permanente do CSNU (ODGEN, 2014).

Ainda no âmbito bilateral, ao mesmo tempo em que estreitava parcerias com países desenvolvidos, como o Japão e a Europa Ocidental, em busca de comércio e atrair fluxos de capitais, a Índia conservou sua tradicional parceria com a Rússia. Os países mantêm uma parceria estratégica com destaque para as áreas de comércio, tecnologia da informação, ciência e tecnologia, recursos energéticos e energia nuclear. Porém, o principal aspecto das relações indo-russas é a cooperação militar. A Índia é o maior comprador de armas da Rússia, além de enviar seus soldados para treinamento no outro país e realizar exercícios militares conjuntos. A Rússia também colabora com o programa espacial indiano. A forte parceria e os interesses em comum, como o combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas transfronteiriço e a promoção de democracias seculares nos países da Ásia Central motivaram o apoio da Rússia à participação como membro observador da OCX (ODGEN, 2014).

No âmbito regional, a atuação da Índia é marcada pelo conflito com o Paquistão. O próprio surgimento deste país teve origem em uma rixa entre a Liga Muçulmana (Muslim League) e o Partido do Congresso que remonta à independência da Índia. Os países já estiveram em três guerras (1947-1948, 1965 e 1971) e atualmente as tensões se concentram no conflito na Caxemira. Nos anos 1990 a hostilidade se acentuou, o governo hinduísta do BJP tornou ainda mais difícil o diálogo com os muçulmanos, a militarização se acelerou e ambos realizaram testes nucleares em 1998. A Índia acusa o governo paquistanês de apoiar grupos terroristas, levando a questão a diversos fóruns internacionais (VIEIRA, 2013).

No entanto, devido à superioridade da Índia em termos econômicos, militares e demográficos, esta se consolidou como maior potência regional. A partir de 1992, a Índia lança a *Look East Policy*, visando estreitar os laços econômicos e culturais com os outros países do Sul e Sudeste Asiático. Grande parte desta política voltou-se a dissuasão ou intervenção militar contra movimentos separatistas no seu entorno mais próximo. As relações com o Butão se concentram na questão da integração econômica e física, com o Nepal na estabilidade da transição democrática, com o Sri Lanka na reintegração da minoria Tamil, com Bangladesh na permeabilidade das fronteiras e imigração, com o Afeganistão em ajuda humanitária, com Myanmar na estabilização do país por meio de projetos econômicos e com as Maldivas no apoio a transição democrática (JAIN, 2014).

A SAARC foi criada em 1985, consagrando o objetivo indiano de se aproximar com seu entorno regional. Formada por Índia, Bangladesh, Butão, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, o bloco é marcado pelas grandes disparidades e preponderância indiana. A SAARC tem como princípios o consenso, o respeito à soberania, à integridade territorial e a não-ingêrência em assuntos internos. O processo de integração no Sul da Ásia se move de maneira

lenta, em razão dos conflitos intrabloco, do congelamento causado pela oposição Índia-Paquistão e da falta de complementaridade econômica entre os países. Ainda assim, a elevação ao status de área de livre comércio em 2006 demonstra que, apesar dos entraves, permanece a vontade política de cooperação e desenvolvimento socioeconômico conjunto (JAIN, 2014).

A Índia passou a atribuir maior importância estratégica ao Oceano Índico, devido a razões históricas (as diversas invasões ocidentais foram feitas pelo mar), a *Indian Ocean Region* (IOR) e pelo aumento do fluxo de comércio que passa por esta região. Assim, foi criada a *India Ocean Rim-Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC), em 1997, a fim de promover a cooperação econômica na região, assim como conter ameaças como a pirataria. A região se tornou a nova zona de fricção entre a Índia e a China, além dos Estados Unidos (JAIN, 2014).

No plano multilateral, a Índia visa a manutenção do crescimento econômico e a projeção como grande potência ao se colocar como porta-voz dos interesses dos países em desenvolvimento. Este posicionamento teve origem no MNA durante a Guerra Fria e se estendeu à agenda do século XXI, em temas como o comércio e o desenvolvimento sustentável. Maíra Vieira (2013, p.109) destaca a habilidade indiana em se posicionar de maneira ambígua em diversos temas, o que se justifica em razão dos seus desafios internos que opõem, por exemplo, os interesses da sua classe média crescente à grande parte da população que ainda depende da agricultura de subsistência. De acordo com Vieira (2013, p.109),

[...] a Índia consegue, ainda, o malabarismo de sustentar “não-alinhadamente” um discurso liberal que garante continuidade ao seu projeto de desenvolvimento industrial e expansão internacional de seu capital, ao mesmo tempo em que defende um arranjo protecionista extremo por conta de seu fardo moral dado pelo perigo iminente de tragédias humanitárias que poderiam ser ocasionadas em seu próprio território por uma abertura econômica inconsequente.

Ainda no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a Índia atuava através da formação de coalizões com os países em desenvolvimento. Com a criação da OMC em 1995, o país seguiu liderando articulações, até mesmo impedindo o lançamento de novas rodadas nas Conferências Interministeriais de Singapura, Genebra e Seattle, ainda na década de 1990. A Índia se posicionou firmemente contra a introdução dos “Novos temas” ou “Singapore Issues”, isto é, a introdução dos investimentos, padrões trabalhistas e padrões concorrenciais nas rodadas de negociação. Este papel preponderante frente à OMC foi decisivo para a criação

do G20 em 2003. A atuação indiana, assim como a brasileira, em fóruns multilaterais será desenvolvida na sessão 3.2 deste estudo.

A inserção internacional indiana a partir da década de 1990 faz parte de um novo paradigma que visa projetar a imagem de grande potência do país por meio do seu crescimento econômico, a fim de garantir desenvolvimento socioeconômico, segurança energética, estabilidade regional e segurança interna dentro de um quadro democrático e secular. O governo de Narendra Modi, Primeiro-Ministro do BJP eleito em 2014 dá sinais de uma inserção exterior com orientação mais nacionalista, buscando afirmar a identidade indiana no mundo, assim como ser um ator mais influente no cenário internacional (SINGH, 2014).

### 2.3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O Brasil se destaca como uma grande potência sul-americana, possuindo o maior território, população e economia da região. Seus mais de 200 milhões de habitantes fazem do país o quinto mais populoso do mundo e seu território é o quinto maior em área. O Brasil é a sétima maior economia do mundo, com um PIB Nominal de US\$ 2,2 trilhões (2013). Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de 2,6%, um desempenho ainda acima da média mundial (WORLD BANK, 2014a). Desde os anos noventa, o país passa por um processo de redemocratização, estabilização monetária e desenvolvimento socioeconômico, com a formação de uma nova classe média, que passa a representar mais de um terço da população do país e a incrementar a economia por meio do consumo.

Estas mudanças políticas e socioeconômicas também afetam a atuação internacional do Brasil. Ao longo das mais de duas décadas que se seguiram ao fim da Guerra Fria, o país passou por diferentes modelos de inserção internacional. Para compreender estas alterações, este estudo operacionaliza o conceito de Ricardo Sennes (2003) de matriz de Política Externa. Segundo este autor, matrizes são uma gama de opções, concepções e estratégias que definem os traços mais gerais da forma com que um país se insere e percebe a dinâmica internacional. Esta noção trás novas possibilidades de análise, pois se entende que uma matriz pode transpor a delimitação temporal de cada governo. Assim, explicam-se inflexões na postura internacional dentro de um mesmo governo, bem como opções por continuidade em governos distintos.

Na década de 1990, consagra-se a supremacia do modelo capitalista e a difusão do neoliberalismo. Implementada no Chile de Pinochet, na Inglaterra de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos de Ronald Regan, esta ideologia definia um conjunto de políticas e práticas econômicas que defendiam o Estado-mínimo, a desregulamentação da economia, as privatizações, o livre-comércio e a supremacia do mercado. A partir do Consenso de Washington (1989)<sup>9</sup>, o neoliberalismo passou a ser adotado em diversos países da América Latina. Cervo e Bueno (2012, p. 487) afirmam que “diante desse cenário internacional, a política exterior do Brasil adaptou-se de modo não simples”.

Para Reis da Silva (2010, p. 19), desde o final da década de 1980 o Brasil passou a substituir a sua matriz de política externa, rompendo com o modelo desenvolvimentista que se mantinha desde os anos 1970, dando origem à matriz chamada pelo autor de neoliberal. Esta tem início no governo Collor e se estende pelos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A matriz neoliberal se caracterizou, no plano multilateral, pelo abandono do discurso terceiro-mundista e pelo posicionamento enquanto grande mercado emergente na busca por maior participação na nova ordem através do alinhamento com os países do primeiro-mundo. No plano bilateral, houve um rompimento com a matriz anterior devido a maior aproximação com os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento. No plano regional, deu-se grande ênfase ao Mercosul como instrumento de facilitação da abertura econômica e do livre-comércio (SILVA, 2010, p.19).

O governo Collor, iniciado em 1990, introduz esta matriz neoliberal no Brasil. O seu programa consistia na adaptação das exigências do Consenso de Washington ao caso brasileiro. Segundo o embaixador Paulo Nogueira Batista (1993, p. 109),

O Washington Consensus representa uma receita de desregulamentação e de privatização, de livre comércio exterior unilateralmente praticado, em suma, de Estado-mínimo, cuja adoção integral passaria a ser exigida aos países latino-americanos como pré-requisito para poderem se candidatar à renegociação de suas dívidas externas e para se qualificarem a financiamentos internacionais. Sua adoção pelos países latino-americanos ajudaria os EUA a transformar em superávit o déficit comercial daquele país com a região.

Na Política Externa, Collor responde a estas exigências através do alinhamento com os Estados Unidos. Diante do sistema como unipolar, o governo apostou na posição como um sócio menor da prosperidade da *Pax Americana*. Havia uma descrença na capacidade de o Brasil se autogovernar, definir sua estratégia macroeconômica e aumentar o seu poder de

---

<sup>9</sup> Política de prescrição de medidas de ajustes macroeconômicos por parte de instituições do mundo desenvolvido, que orientou as exigências do FMI aos países em desenvolvimento, ao longo da década de 1990.

barganha internacional. Ao identificar a estrutura internacional como uma ordem rígida, o Brasil restringiu sua Política Externa à aliança com os Estados Unidos. Segundo Batista, isto foi um equívoco, dado que o sistema já dava sinais que apontavam à multipolaridade. O Brasil também deixou de estreitar parcerias com outros países desenvolvidos da Europa e da Ásia, o que poderia ter servido ao menos para aumentar sua capacidade de negociação frente aos Estados Unidos (BATISTA, 1993).

Após o Impeachment de Collor, assume o poder Itamar Franco. Este presidente teve de enfrentar a crise política interna, a necessidade de estabilizar a economia e as pressões do sistema internacional, especialmente para a implementação das reformas liberalizantes. Na Política Externa, Itamar Franco deu continuidade à postura externa do governo Collor ao manter a prioridade aos Estados Unidos e ao Mercosul no plano regional. Porém, neste governo são retomadas alguns traços da matriz desenvolvimentista, o país percebe a sua fragilidade diante da ordem internacional e a necessidade de fortalecer-se nas instâncias multilaterais.

O país volta a demonstrar interesse em um assento permanente no CSNU e a apresentar uma postura menos defensiva no GATT. No plano bilateral, busca ampliar suas parcerias com outros países desenvolvidos, reduzindo o foco dado aos Estados Unidos. No plano regional, elevou-se o patamar do Mercosul não meramente a um instrumento de facilitação das liberalizações, mas como veículo de unidade latino-americana frente às propostas norte-americanas de integração das Américas. Dessa forma, estendeu-se o diálogo aos demais países da América do Sul, através de propostas como a Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA). O país redireciona o foco da Política Externa ao tema do desenvolvimento e, dentro do possível, à busca por autonomia (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011; SILVA, 2008).

Após este momento de retração na matriz neoliberal, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, que havia sido Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda de Itamar Franco, dando assim continuidade ao Plano Real e ao processo de estabilização econômica do país. Na Política Externa, no entanto, a matriz neoliberal foi aprofundada em um primeiro momento. Cardoso visou concluir o processo liberalizante iniciado por Collor, implementando as reformas exigidas pelo Consenso de Washington de rigidez fiscal, retração do Estado de bem-estar social e retirada deste da esfera produtiva, além de garantias para investimento estrangeiro e privatizações. O Brasil busca recursos no FMI e percebe o aumento da sua vulnerabilidade externa (CERVO; BUENO, 2012; SILVA, 2008).

O Brasil se via em um sistema internacional no qual compartilhava com os países centrais os seus principais valores de democracia, livre comércio e estabilidade econômica. Assim, não caberia uma Política Externa de enfrentamento. O país decidiu buscar sua autonomia pela inserção e participação proativa nas instituições internacionais. O chanceler Luiz Felipe Lampreia (1995-2001) entendia o momento internacional como sendo definido pela globalização, em que os conflitos Leste-Oeste e Norte-Sul viam-se esgotados. Conseqüentemente, no plano multilateral, assim como no governo Collor, não se recorreu ao discurso terceiro-mundista, este foi substituído por um discurso chamado por Lampreia de “internacionalista”. Os novos temas da agenda internacional ganharam mais destaque, como direitos humanos, meio ambiente, direito das mulheres, minorias e narcotráfico, ou seja, temas *soft*<sup>10</sup>, que objetivavam a projeção econômica, comercial e cultural do país (LAMPREIA, 1998; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Com isso, no plano multilateral o Brasil visou uma inserção mais cooperativa, chamada por Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p.32) de “lógica da autonomia pela integração”, em oposição à ideia de “autonomia pela distância”, praticada pelos governos brasileiros durante a Guerra Fria. Para Lampreia (1999, p. 89 *apud* VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA 2003, p.38) este conceito se traduz na “[...] manutenção de um comportamento de *mainstream*, mas com atenção à especificidade do Brasil, tanto nos seus condicionamentos, quanto nos seus objetivos e interesses”. Utilizou-se com frequência a figura de Fernando Henrique Cardoso na tentativa de reconstruir a imagem do Brasil perante os países desenvolvidos e organizações multilaterais, conferindo um caráter presidencialista à Política Externa deste governo.

No plano regional, sustentou-se a retórica do fortalecimento do Mercosul, como plataforma de projeção global. A política regional que não era central para a formulação da Política Externa até o final da década de 1980 ganhou um novo impulso no governo Cardoso, devido às convergências de interesses com o governo Menen na Argentina de construção de um “regionalismo aberto”. No contexto intrabloco, destacou-se a assinatura conjunta de Brasil e Argentina ao TNP, em 1998, marcando uma nova fase nas relações bilaterais e regionais – embora por motivações econômicas as relações voltassem a se esfriar no ano seguinte. Da mesma forma, a inserção da Cláusula Democrática, no contexto das crises no Paraguai em 1996, 1999 e 2001, também contribuiu para a coesão do bloco e a manutenção da estabilidade regional. A articulação através do Mercosul passou a ter impacto nas relações com o resto do

---

<sup>10</sup> Conceito de origem institucionalista, que indica a utilização do poder brando (influência cultural ou ideológica) para atingir objetivos no meio internacional.



mundo. Estes países atuaram conjuntamente em negociações importantes, como a para a formação da Área de Livre Comércio com a União Europeia, a parceria comercial com a Índia e com a China e as discussões a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A perda de autonomia nas decisões em bloco era compensada pelo ganho de peso político e capacidade de atuação de maneira mais afirmativa, além de poder ser útil ao Brasil para demonstrar sua condição de “potência regional” ao reivindicar uma vaga permanente no CSNU (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA 2003).

No plano bilateral, Cardoso ensejou uma lógica universalista, dando maior abertura ao diálogo com outros países como a Rússia, China, Japão e Índia na Ásia; Portugal e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS); além de Cuba e México, na América Latina. Mesmo assim, manteve-se a prioridade dada aos Estados Unidos. Afastando-se do discurso terceiro-mundista e privilegiando o contato com o primeiro mundo, o governo se propôs a iniciar uma nova fase, encerrando conflitos do passado. Cardoso chegou a afirmar que as divergências com os Estados Unidos deixavam de ser Norte-Sul para serem “Norte-Quase Norte”. A adesão do Brasil ao *Missile Technology Control Regime* – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e ao TNP, em 1998, foram entendidas como formas de resolver as desavenças remanescentes com os norte-americanos (SILVA, 2008).

Cervo e Bueno (2012, p. 487-490) criticam a lógica neoliberal de inserção externa brasileira dos anos noventa. Ao romper com o desenvolvimentismo que perdurou até a década de 1980, inicia-se o “paradigma neoliberal”. Este seria marcado pelo surgimento do “Estado normal”, assinalado como “subserviente, destrutivo e regressivo”, em que os governantes aceitam de maneira acrítica a ideologia da potência hegemônica. O Estado normal seria uma distorção latino-americana do que deveria ser um Estado neoliberal, tendo um resultado nocivo às relações internacionais do Brasil.

Entre os efeitos nocivos, estiveram a abertura sem contrapartida do mercado de consumo nacional, o déficit do comércio exterior, o endividamento externo, a alienação de ativos de empresas brasileiras, a submissão a consenso e conselhos do centro do capitalismo, a obediência a regras da governança global traçada pelos ricos em seu benefício, o sacrifício das relações com os países emergentes em favor do primeiro mundo, em suma, uma perda de poder do país sobre o cenário internacional (CERVO;BUENO, 2012, p. 525-526).

Porém, ao caracterizar a Política Externa dos anos noventa, Cervo a chama de “dança dos paradigmas” ao compreender que, apesar da predominância do paradigma neoliberal, coexistiram momentos de retorno ao desenvolvimentismo, além de ter-se ensaiado, no segundo mandato de Fernando Henrique, o que viria a ser o paradigma característico dos anos

seguintes, o logístico, no qual o Estado recupera a capacidade de planejamento estratégico, oferecendo não apenas serviços, mas apoio ao desenvolvimento do setor privado (CERVO; BUENO, 2012).

Este novo direcionamento da política externa brasileira ocorre a partir do segundo mandato de Fernando Henrique, influenciado pela crise do Plano Real e do Mercosul, em 1999 e pelo crescente unilateralismo dos Estados Unidos na política internacional. A busca por autonomia e os enfrentamentos se deram principalmente no plano multilateral. Neste sentido, a OMC serviu de fórum principal para as demandas do Brasil contra os países desenvolvidos. Neste tema, destaca-se a questão das patentes dos fármacos e a utilização dos remédios genéricos, contra as grandes empresas norte-americanas do setor. Através do mecanismo de solução de controvérsias, o Brasil logrou vitórias como o reconhecimento do direito à quebra de patentes de remédios para o tratamento da AIDS. Indo além do discurso de liberalização do mercado, o país clamou a prevalência da questão humanitária e de saúde pública nacional e internacional sobre os ganhos comerciais, contando com o apoio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da comunidade internacional (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA 2003).

Segundo Reis da Silva (2008), no segundo mandato Cardoso esgota-se o “otimismo liberal” e o Brasil se reposiciona como um crítico da “globalização assimétrica”. O Brasil passa a sentir os efeitos da sua vulnerabilidade externa frente à abertura econômica. Mesmo sem adotar um tom terceiro-mundista, o posicionamento mais crítico quanto às estruturas do sistema internacional indica uma transição na matriz externa do país que, de acordo com este autor, apresenta contornos neodesenvolvimentistas, que seriam mais bem definidos no governo seguinte (SILVA, 2010, p. 19).

Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência em 2003, em uma conjuntura de intensificação da luta dos Estados Unidos contra o terrorismo, início da Guerra do Iraque e contestação da credibilidade da ONU. Mesmo assim, ainda no início do seu mandato, o presidente demonstra uma visão de mundo já marcada por “incipientes elementos de multipolaridade” no sistema internacional (BRASIL, 2003).

Marcando uma nova fase da política externa brasileira, manteve-se e aprofundou-se a matriz neodesenvolvimentista esboçada no período anterior. Cervo e Bueno (2012, p. 529) chamam esta nova forma de inserção de “Paradigma Logístico” e define as diferenças entre este e o paradigma desenvolvimentista da Guerra Fria, da seguinte forma:

Logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço como fazia a época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente as forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e exerce a sua função de apoio e legitimação das iniciativas dos outros atores econômicos e sociais, aos quais repassa responsabilidades e poder. Contrariamente a presunção da literatura acerca da globalização, esse novo paradigma introduzido por Cardoso e consolidado por Lula não admite que diante das forças internacionais os governos sejam incapazes de governar.

Para Reis da Silva (2010, p. 23),

[...] ao contrário da matriz desenvolvimentista dos anos 1970-1980, a nova matriz da política externa é mais fluida e multidimensional, com arranjos políticos, alianças e parcerias estratégicas flexíveis, combinando atores, cenários e interesses. A multidimensionalidade deriva da atuação e articulação diplomáticas nos vários planos (bilateral, multilateral e regional). Assim, as parcerias estratégicas são flexíveis e combinadas tematicamente.

No seu discurso de posse presidencial, em 2003, Lula defendeu a democratização das relações internacionais e a valorização das instituições multilaterais como a única forma de a comunidade internacional enfrentar os desafios políticos, econômicos e sociais da atualidade. Afirmando que, para isso, seria necessária a reconfiguração das organizações internacionais de forma a adequá-las à contemporaneidade (BRASIL, 2003).

Assim, o Brasil passa a desempenhar uma diplomacia que, apesar de manter as tradicionais relações com os países desenvolvidos, busca ampliar a sua rede de parcerias entre os países em desenvolvimento, com o intuito de aumentar o seu poder de barganha frente às grandes potências e ganhar mais voz nos debates centrais da política mundial. Dentre as diversas descrições deste processo, destacam-se a denominação de Cristina Pecequilo (2008) de “eixos combinados de cooperação horizontal e vertical”, a de Vigevani e Cepaluni (2007) de busca de “autonomia pela diversificação”, a de “política externa engajada” de Almeida (2004), “afirmativa” de Maria Regina Soares Lima (2003) e “assertiva” de Souto Maior. Esta mudança de rumos se deu face à necessidade de reavaliação do papel brasileiro como potência média e nação emergente que, para Celso Amorim (2007, *apud* PECEQUILO, 2008), precisava de uma diplomacia de alto perfil adequada a suas capacidades e necessidades.

No plano bilateral, conforme descrito por Pecequilo (2008), o Brasil passou a promover parcerias com mais países em desenvolvimento, fazendo visitas de alto nível a países Africanos, Asiáticos e do Oriente Médio, explorando as potencialidades de comércio com estas regiões e abrindo mais de 60 embaixadas e postos diplomáticos em todo o mundo. Ainda assim, o Brasil manteve seus principais parceiros do eixo vertical, os quais se destacam

os Estados Unidos e França. Com os Estados Unidos, trabalhou-se na concretização do “diálogo estratégico”, a fim de consolidar o Brasil como o principal interlocutor e mediador das questões sul-americanas. No entanto, a proposta de intensificar as articulações multilaterais globais via-se confrontadas com atos unilaterais norte-americanos. Com a França evoluiu-se na questão da cooperação em defesa e no projeto de construção do submarino nuclear brasileiro.

As parcerias prioritárias passaram a ser definidas cada vez mais através do rótulo de “parcerias estratégicas”. Conceito utilizado desde a década de 1970, as parcerias estratégicas ganharam maior abrangência na década de 2000, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento em todos os continentes. Esta postura está de acordo com a estratégia nacional de diversificar os contatos tanto no eixo vertical como no horizontal e ampliar a presença brasileira no mundo. Dentre os parceiros estratégicos do Brasil figuram Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália, Finlândia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Ucrânia, Rússia, Coreia do Sul, China, Índia, África do Sul, Venezuela e Paraguai (LESSA, 2010, p.122-123).

No plano multilateral, o fato de os emergentes cada vez mais abandonarem o alinhamento automático aos países desenvolvidos contribuiu para um novo desenho do cenário político e econômico mundial. A diplomacia brasileira não atua de forma a confrontar o Sistema ONU, mas revitalizar a organização através da ampliação da representatividade. A maior expressão disso é o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, intensificado durante o governo Lula.

Desempenhou-se um novo perfil crítico das desigualdades entre Estados em que o Brasil passou a defender firmemente a necessidade de romper as estruturas sistêmicas congeladas desde a Segunda Guerra Mundial. Nesta fase, pode-se dizer que o Brasil cria uma agenda externa própria. Além de levar aos fóruns internacionais temas socioeconômicos como o combate a fome e a pobreza, o país desvincula-se do consenso do Atlântico Norte e tenta desempenhar um papel ativo nas questões centrais da política internacional.

Quanto ao plano regional, foram definidas como prioridade absoluta da política externa as relações com a América do Sul e a integração regional, a fim de fortalecê-la no âmbito internacional, não apenas como um bloco econômico, mas como um projeto coletivo de concertação política. Articulados, estes países paralisaram as negociações da ALCA e desenvolveram um projeto próprio para o subcontinente. Para o Brasil, o Mercosul torna-se o núcleo duro do processo de integração, que foi expandido para toda a América do Sul através da criação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) em 2008. Esta inova ao surgir

motivada por objetivos políticos e geopolíticos, além dos econômicos. Objetiva-se a articulação de toda a região nos fóruns multilaterais, a ênfase à segurança regional, a transformação da região em um novo polo de poder e a geração de iniciativas para a integração produtiva energética e de infraestrutura (CERVO; BUENO, 2012).

Em relação a este último ponto, no ano de 2000, na durante a Reunião de Presidentes da América do Sul propôs-se a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) com o intuito de coordenar projetos de integração física entre todos os países. O governo Lula deu continuidade a este projeto, que foi aprofundado a partir de 2004, através de um plano de ação e do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outro campo onde houve iniciativas inéditas foi no de cooperação inter-regional. Juntamente com os vizinhos sul-americanos, o Brasil passou a se articular com outros blocos de países em desenvolvimento através de fóruns de diálogo. Assim, criou-se em 2005 a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e em 2006 a Cúpula América do Sul – África (ASA). Com isso, a América do Sul firma-se como epicentro da diplomacia brasileira e plataforma para aumentar sua barganha internacional.

Uma das características mais marcantes deste período, e que a diferencia do desenvolvimentismo do período da Guerra Fria, é a criação e participação do Brasil em novos fóruns multilaterais de “geometria variável”, como o BRICS; o G4, para a reforma do Conselho de Segurança das ONU; o G20 dos países em desenvolvimento, que atua na Organização Mundial do Comércio (OMC); e o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), que formula um novo padrão de cooperação Sul-Sul. Os benefícios para Brasil no aperfeiçoamento das suas relações com os países emergentes e os menos desenvolvidos são diversos, entre econômicos, estratégicos e políticos (VISENTINI, 2009; PECEQUILO, 2008).

Dilma Rousseff assume a presidência em 2010 e busca se inserir na mesma matriz adotada por Lula. No entanto, esta encontra uma conjuntura internacional distinta. Segundo a Presidenta, o mundo já se encontra em um estágio mais avançado de redistribuição de poder nas relações internacionais. O cenário externo se caracteriza pela crise econômica mundial que atinge de forma mais acentuada todos os países do mundo, chegando aos países emergentes, embora de forma mais branda. Além disso, ocorrem conflitos regionais em diversos pontos do globo, com destaque aos eventos ocorridos em todo o mundo islâmico a partir da “primavera árabe” de 2011 (PATRIOTA, 2012; ROUSSEFF, 2012).

A presidenta mantém o mesmo tom do governo anterior em relação à necessidade de uma reforma das estruturas de governança política e econômica globais. Houve avanços na

articulação com os blocos de emergentes, com destaque ao BRICS. Alguns temas da agenda internacional ficaram em maior evidência na condução da política externa de Dilma: a temática de direitos humanos, especialmente presente nos discursos do início de seu mandato, devido à sua trajetória pessoal; o meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável, por ocasião da Rio+20 sediada no Brasil em 2012; as críticas à espionagem norte-americana, acusadas de ferirem as soberanias nacionais, causando tensões na relação bilateral; a defesa por soluções pacíficas de controvérsias, tendo em vista a falha das investidas militares em solucionarem os conflitos globais.

Na atualidade, novos desafios securitários, econômicos e diplomáticos se apresentam. No plano econômico, busca-se ampliar a capacidade de articulação do país para o enfrentamento da crise financeira que passou a atingi-lo de maneira mais incisiva nos últimos anos. Ganha destaque na agenda securitária do Brasil a descoberta do Pré-Sal em 2007 que, apesar de trazer garantias energéticas, econômicas e potencialidades para o desenvolvimento, torna importante o resguardo ao Oceano Atlântico para a estratégia nacional de defesa. Por se encontrar em uma região pacífica, que aponta estar longe da possibilidade de conflitos interestatais, o principal desafio securitário é ligado a problemas não estatais, como o narcotráfico, o crime organizado, as forças paramilitares, a permeabilidade das fronteiras e problemas ligados a questões sociais e de segurança pública. O maior desafio ao projeto brasileiro de integração regional é a existência de projetos paralelos concorrentes, como a Aliança do Pacífico<sup>11</sup> (PATRIOTA, 2012).

Em suma, desde o início do século, o Brasil rompe com a matriz neoliberal de política externa que marcou a década de 1990, recuperando traços da matriz desenvolvimentista como o tom crítico ao sistema internacional que opõe países desenvolvidos e em desenvolvimento por não conferir a estes a representatividade necessária. No entanto, o país acrescenta a este modelo características novas: no plano multilateral, a formação de grupos de articulação de “geometria variável”; no plano regional, os projetos de integração política, geopolítica e econômica subcontinentais; e no campo bilateral, a formação de parcerias estratégicas com outros países emergentes.

---

<sup>11</sup> Bloco comercial fundado entre Chile, Colômbia, México e Peru em 2012.

### 3 AS RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA (1991-2014)

O presente capítulo busca traçar o perfil das relações entre o Brasil e a Índia desde o fim da Guerra Fria até a atualidade. Na primeira parte, abordamos os contatos no plano bilateral. Realiza-se um breve histórico dos contatos prévios, em seguida são abordadas as relações no período de interesse, com foco nos contatos Estatais de alto-nível, acordos celebrados, planos de ação, intercâmbio comercial e investimentos. Na segunda parte, retrata-se a cooperação na esfera multilateral. Relata-se a participação concertada dos dois países nos principais arranjos internacionais criados nas últimas décadas com o intuito de ampliarem o diálogo entre os países em desenvolvimento. Os fóruns observados são o G4, o G20, o IBAS e o BRICS. Esta divisão entre planos bilateral e multilateral tem o intuito de chamar a atenção para a disparidade histórica entre os intensos contatos multilaterais enquanto que a agenda bilateral permaneceu por muito tempo aquém das potencialidades.

#### 3.1 RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Índia foram impulsionadas a partir da década de 1990 pela conjuntura internacional marcada pelo fim da Guerra Fria, pela liberalização comercial, pela convergência de posições na defesa da democratização do sistema internacional e pela valorização das relações Sul-Sul, especialmente após a crise internacional de 2008. Para compreendermos porque a década de 1990 foi um marco nas relações indo-brasileiras, faz-se um breve histórico dos contatos bilaterais anteriores a esta década.

##### 3.1.1 Relações Bilaterais Pré-1991

A ligação entre o Brasil e a Índia remete à viagem de Pedro Álvares Cabral em 1500. Antes de chegar ao oriente, objetivo principal para Portugal, Cabral aporta no Brasil e consagra o seu descobrimento pela coroa portuguesa. Entre os séculos XVIII e XIX, Brasil e Goa, ambos entrepostos comerciais do império português, trocaram mercadorias através da “Carreira da Índia”. Esta era uma rota comercial que ligava Lisboa à Goa pelo do Cabo da Boa Esperança, passando pelo Brasil. As trocas se refletiram na flora e na fauna de ambos, pois enquanto da Índia vieram mangas e o gado, o Brasil enviou a mandioca e o caju. O fato de compartilharem um passado colonial tomaria importância nas últimas décadas do século

XX, quando ambos expressam discursos convergentes, com uma tônica terceiro-mundista, na defesa da descolonização e dos interesses dos países em desenvolvimento (INDIA, 2014; FERREIRA, 2009).

Em 1947, o Brasil reconhece a independência indiana. No ano seguinte, o presidente Dutra eleva à categoria de Embaixada a representação da Índia no Rio de Janeiro, estabelecendo relações diplomáticas oficiais, após séculos de relações comerciais diretas ou intermediadas pelas metrópoles. Ressalta-se que esta foi a primeira Embaixada indiana na América do Sul. Em 1949, Caio Franco é nomeado o primeiro Embaixador brasileiro naquele país. Entretanto, não houveram avanços significativos nos contatos bilaterais nas décadas seguintes (BRASIL, 2010a).

Somente em 1968 os países estabelecem algum contato mais significativo, quando Indira Gandhi, Primeira-Ministra indiana, vem ao Brasil. Nesta ocasião, são firmados três acordos bilaterais: um sobre comércio, um cultural e um para utilização pacífica de energia nuclear (expirado em 1975). No entanto, estes acordos tiveram pouco resultado para a intensificação da parceria bilateral. Afirma-se que a visita da Primeira-Ministra ao Brasil e a outros nove países latino-americanos foi uma tentativa de melhorar a imagem interna de Indira em um contexto eleitoral, que estava deteriorada devido ao seu decreto de Estado de emergência e a supressão de liberdades civis no período anterior. Com isso, entende-se a postura cordial de Indira, apesar de poucos anos antes o Brasil ter se posicionado ao lado de Portugal em defesa da posse de Goa, mesmo quando a Índia invadiu militarmente a região e restabeleceu o domínio sobre esta, em 1961 (FERREIRA, 2009).

Na década de 1980, firmam-se dois novos acordos que entram em vigor somente na década seguinte: uma convenção para evitar a dupla tributação (1988) e um acordo sobre cooperação em ciência e tecnologia (1985). Este segundo previa o intercâmbio de cientistas, estudantes, professores e especialistas, de documentos e informação técnica, além da organização de seminários e de possíveis planos de ação. Trata-se de uma área de grande interesse para a cooperação bilateral até a atualidade. Este acordo demonstrou a existência de interesse mútuo, de potencialidades e ainda assim de limitações para a cooperação neste campo e preconizou novos projetos nesta área que seriam assinados nas décadas seguintes (BRASIL, 2014a).

De fato, até os anos 2000, o comércio permaneceu pouco expressivo. Ainda nesse ano, as trocas bilaterais foram inferiores a US\$ 500 milhões *Free on Board* (F.O.B.), representando menos de 0,45% do total do comércio exterior brasileiro. O Brasil também tinha um grande superávit comercial com a Índia e o desequilíbrio era considerado um dos



maiores do mundo, o que só seria superado na segunda metade da década de 1990 (BRASIL, 2014c).

### 3.1.2 Relações Bilaterais 1991-2014

O ano de 1991 é considerado o “*turning point*” nas relações entre o Brasil e a Índia. Embora não tenha havido nenhum acontecimento específico no âmbito bilateral neste ano, a importância é atribuída às mudanças no sistema internacional com o fim da bipolaridade. Estas permitiram a aproximação entre países do terceiro-mundo a partir de interesses mais pragmáticos. No caso das relações indo-brasileiras, o fim da Guerra Fria esteve diretamente interligado às reformas internas da Índia e ao despertar do seu interesse em novos mercados, como o latino-americano (VIEIRA, 2009).

A Índia inicia a década de 1990 com uma grave crise fiscal. Como medida, lança um pacote de reformas macroeconômicas liberalizantes, visando, de forma gradual, abrir a economia e reduzir o protecionismo e regulamentação estatal. A incapacidade de se atingir um maior crescimento através da planificação estatal e o esgotamento do plano de substituição de importações fizeram com que a Índia abrisse mão da sua postura isolacionista. Somou-se a isto o esfacelamento do Bloco Soviético, principal parceiro indiano, gerando uma retração do comércio. Com isso, a Índia adota uma nova estratégia de projeção global, buscando novos mercados em todas as regiões do planeta. Neste contexto, a Índia demonstra interesse em fortalecer os laços com o Brasil para além das simples relações cordiais das décadas anteriores. O objetivo passa a ser o de promover os negócios e investimentos com volume significativo.

Em um primeiro momento, o Brasil não corresponde às iniciativas indianas. O país também passava por um momento de transição política e econômica. No entanto, ao contrário da Índia, o seu principal parceiro encerra a Guerra Fria como a única superpotência mundial. Assim, ao invés de procurar novos eixos de inserção, o Brasil concentra os seus esforços em atuar nesta nova ordem global unipolar como um parceiro relevante para os Estados Unidos. Contudo, conforme assinalado no capítulo anterior, os anos 1990 se caracterizaram pela alternância e sobreposição de estratégias de projeção externa para o Brasil. A Índia foi capaz de aproveitar as oportunidades da conjuntura brasileira e realizar alguns avanços nas relações até o final da década.

As tentativas de aproximação por parte da Índia têm início em 1992, quando o chanceler indiano vem ao Brasil na cerimônia de posse do presidente Collor e o Primeiro-

Ministro Indiano, Narashima Rao, visita o Brasil em ocasião da ECO-92<sup>12</sup>. Neste mesmo ano é assinado um memorando de consultas sobre interesses comuns. A Índia também passa a enviar delegações empresariais em busca de oportunidades no mercado brasileiro (BRASIL, 2010a).

No ano seguinte, em razão da visita do chanceler indiano Salman Khursheed, é feito um ajuste no acordo de cooperação em ciência e tecnologia de 1985, a fim de se acrescentar a cooperação técnica no setor ferroviário. Nesta visita, o chanceler dá claros sinais do interesse da Índia em se aproximar do Brasil como plataforma para o mercado latino-americano. Em 1994, o Brasil recebe os ministros indianos da aviação, agricultura e alimentação. Somente em 1995 o Brasil dá os primeiros sinais positivos à investida indiana, com a viagem dos ministros da educação, relações exteriores e da ciência e tecnologia àquele país. Finalmente em 1996 o Brasil faz a sua primeira visita de alto-nível à Índia (BRASIL, 2010a).

A visita presidencial foi precedida de uma série de eventos que visavam identificar uma “agenda comum” ente os dois países. O Seminário Brasil-Índia, ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 1996 identificou três campos em que uma cooperação sistematizada poderia beneficiar a ambos: no campo político, a luta pela democratização das instituições multilaterais; no campo econômico, as negociações no âmbito da OMC, a fim de se chegar a regras claras que não prejudiquem os países em desenvolvimento; e no campo estratégico, a cooperação em ciência e tecnologia, tendo em vista que a autonomia dos países dependerá cada vez mais da sua capacidade em acompanhar os processos de pesquisa e desenvolvimento (BARROS, 2010).

Em janeiro de 1996, Fernando Henrique Cardoso visita a Índia. Esta foi a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro a este país. Cardoso participou como convidado de honra nas festividades do dia da República. Em seu discurso, destacou a necessidade de se transformar a forte afinidade no campo multilateral em compromissos concretos nas relações bilaterais. Foram moldadas iniciativas para cooperação técnica em saúde e agricultura. Assinaram-se acordos sobre meio ambiente, comércio e novamente na área de ciência e tecnologia, para a qual foi criada uma agenda comum. Este último acordo previa a formação de um comitê conjunto que desenvolveria *workshops* para incentivar o interesse do setor privado dos dois países<sup>13</sup> (BRASIL, 1996).

Cardoso assina com a Índia um acordo de cooperação nuclear para fins pacíficos. Em 1996 o Brasil ainda não era signatário do TNP e este acordo gerou incertezas no âmbito

---

<sup>12</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

internacional se este seria de fato apenas para usos civis. Esta seria a oportunidade para o desenvolvimento de um projeto conjunto relevante, a exemplo da cooperação espacial Brasil-China. No entanto, o Brasil recua denunciado o acordo em 1998, devido à realização dos testes nucleares indianos. Cabe ressaltar que neste mesmo ano o Brasil adere ao TNP (BRASIL, 2010a).

Em 1997, o Brasil recebe o ministro da agricultura indiano Chaturanan Mishra. Na ocasião é firmado um acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. Segundo Maíra Vieira (2009), este acordo foi importante na resolução de uma antiga pendência entre os dois países. No início da década de 1960, o governo brasileiro havia proibido a importação de gado Zebu da Índia. Em retaliação, a Índia barrou a exportação de material genético bovino para o Brasil. A partir do acordo de 1997, reata-se o caminho para o comércio destes produtos, o que permitiu uma renovação genética no rebanho brasileiro, eliminando o comércio ilegal de material genético congelado.

No ano de 1998, o presidente indiano Narayanan visita o Brasil. Na ocasião firmou-se um entendimento para cooperação entre as academias diplomáticas e mais um ajuste no acordo de cooperação em ciência e tecnologia de 1985, incluindo a área da saúde. Estes acordos tiveram poucos resultados práticos posteriormente, no entanto, representaram mais um esforço diplomático em duas áreas com potencialidades. Os anos seguintes viram poucas iniciativas bilaterais, apesar de um diálogo mais intenso no plano multilateral, especialmente no âmbito da OMC (BRASIL, 2010a).

No ano de 2002, ainda no governo Cardoso, a política externa brasileira já passa a atuar com novos interesses. Neste ano, ocorrem ações significativas para a institucionalização do diálogo bilateral. Uma missão empresarial brasileira vai à Índia e acontece a primeira reunião do Conselho Comercial Indo-Brasileiro, que havia sido criado em 1996. Este ano também marca o estabelecimento da Comissão Mista, com foco na cooperação política, econômica, científica, tecnológica e cultural. Além disso, inicia-se a cooperação técnica na área de mistura de Etanol e o lançamento de um programa de cooperação científico-tecnológica. Neste, as áreas prioritárias definidas foram biotecnologia, ciências do mar, tecnologia dos materiais, metrologia e tecnologia da informação e posteriormente acrescentou-se os biocombustíveis (BRASIL, 2010a).

A postura brasileira em relação à Índia condiz com a ideia de que há uma alternância e sobreposições de estratégias de inserção externa durante esta década. A resposta brasileira aos empreendimentos indianos passou por avanços e recuos durante a década de 1990. Somente ao final do governo Fernando Henrique Cardoso definem-se áreas prioritárias e o desejo de

um diálogo mais institucionalizado e regular através da criação da Comissão Mista, justamente quando a matriz da política externa brasileira passa por uma inflexão. Nos anos seguintes, a consolidação desta nova matriz permitiria um posicionamento mais ativo em resposta à Índia. Em 2003, o governo Lula insere a cooperação Sul-Sul na agenda de política externa, tornando as relações com a Índia prioritárias. Em seu discurso de posse, Lula cita que um dos objetivos principais da atuação externa brasileira durante o seu governo seria o aprofundamento das relações com grandes nações em desenvolvimento como a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul (BRASIL, 2003).

A convergência no plano multilateral, que desde o final da década de 1990 vinha demonstrando a sua relevância internacional, ganha novas proporções a partir de 2003, com a criação do IBAS e do G20 comercial, além do G4 no ano de 2004. Estes, no entanto, serão abordados no subcapítulo a seguir. No plano bilateral, ocorreram diversas visitas de alto nível, os primeiros encontros da Comissão Mista Brasil-Índia, o significativo aumento do comércio e a elevação das relações ao patamar de parceria estratégica.

A partir de 2003, inicia-se uma intensa troca de visitas de alto nível, tanto de caráter bilateral como no contexto de reuniões trilaterais ou multilaterais. A viagem de Fernando Henrique deu um sinal positivo à Índia que, no entanto, somente retribuiria a visita sete anos depois. Em 2003 o Ministro de Assuntos Exteriores indiano, Yashwant Sinha visita o Brasil. O chanceler focou a sua atenção nas negociações para a assinatura de um acordo-quadro e de preferências tarifárias fixas entre a Índia e o Mercosul. Além disso, acertou os detalhes para a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Índia, que ocorreu ainda naquele ano, em Nova Délhi.

Celso Amorim foi à Índia acompanhado de uma missão empresarial e ministerial. A visita foi precedida de grupos de trabalho nas áreas de saúde, energia, ciência e tecnologia, espaço, transportes, educação, cultura e questões sociais. Organizou-se também o Seminário Brasil-Índia e a II Reunião do Conselho Comercial Brasil-Índia. Ainda em 2003, os dois países assinam um acordo em matéria de defesa, o qual prevê exercícios militares conjuntos e a cooperação em pesquisa e desenvolvimento de equipamentos (INDIA, 2014).

Em janeiro de 2004, Lula realiza a sua primeira visita à Índia, durante as festividades do Dia da República, assim como havia feito Fernando Henrique anteriormente. O presidente reforça a condição de parceria privilegiada entre os dois países e vai além ao afirmar o seu potencial estratégico. Segundo Lula, Índia e Brasil deveriam construir laços que servissem de modelo para todas as relações Sul-Sul. O sentido estratégico atribuído referia-se à necessidade

e à capacidade destes, enquanto grandes países em desenvolvimento, de se articularem para assumirem mais responsabilidades no cenário internacional (BRASIL, 2004).

Durante um encontro empresarial, Lula ressalta a necessidade de mais iniciativas por parte do setor privado brasileiro em relação à Índia, reconhecendo que o empresariado indiano, apoiado pelo seu governo, já vinha dando passos maiores para ingressar no mercado brasileiro. Estiveram presentes representantes da EMBRAPA, Vale do Rio Doce, dos setores agrícola e agropecuário, de produtores de cana-de-açúcar e álcool, do setor petroquímico, da indústria da construção, aviação e farmacêutica, além da especializadas em máquinas para produção de açúcar e álcool. Destaca-se também a participação de Lula em um seminário sobre desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004).

Manmohan Singh visita o Brasil em 2006, sendo o primeiro Chefe de Governo indiano a visitar o Brasil após Indira Gandhi. Neste momento, as relações bilaterais encontram-se mais aquecidas, estimuladas pelas fortes interações no campo multilateral e trilateral, devido aos trabalhos no IBAS, criado desde 2003. Foram firmados acordos sobre cultura, assentamentos humanos, cooperação em ciência e tecnologia, serviços aéreos, questões consulares e na área de educação. A Índia também demonstra seu interesse no Etanol e propõe a elaboração de projetos em campos que avançaram expressivamente na Índia nas últimas décadas, como tecnologia da informação, biotecnologia e fármacos. O fato de maior destaque nesta visita foi a declaração oficial do Presidente brasileiro e do Primeiro-Ministro indiano de instruírem suas chancelarias a darem início aos esforços para a elevação do patamar das relações bilaterais à categoria de Parceria Estratégica (INDIA, 2007).

No ano de 2007, os contatos bilaterais foram ainda mais intensos. Celso Amorim visita a Índia, onde realiza encontros com o Ministro-Adjunto para Relações Exteriores, Anand Sharma, o Ministro do Comércio e Indústria, Kamal Nath e com o Assessor de Segurança Nacional, M. K. Narayanan. Na ocasião ocorre a terceira reunião da Comissão Mista Brasil-Índia em Nova Délhi e a primeira reunião do Diálogo Estratégico. No mesmo ano Lula realiza a sua segunda visita ao país e é condecorado com o Prêmio Jawaharlal Nehru para a Compreensão Internacional, através do qual o governo indiano demonstra o seu reconhecimento à contribuição do presidente ao fortalecimento das relações entre os países em desenvolvimento. Houve avanços na cooperação nas áreas de cultura, educação, ciência e tecnologia, comércio e investimentos e energia. Todos estes eventos representaram um grande passo para a consolidação da parceria estratégica (INDIA, 2014).

Lula ainda retorna à Índia em 2008, em razão da III Reunião de Cúpula do IBAS. Neste ano também o Brasil recebe a presidenta Pratibha Patil. Em 2009, ocorre o quarto

encontro da Comissão Mista e a segunda reunião para o Diálogo Estratégico. O premiê da Índia, Manmohan Singh, também retorna ao Brasil em 2010 para as cúpulas do BRIC e IBAS e em 2012 em ocasião da Rio+20. A presidenta Dilma Rousseff vai à Índia em 2012. Em 2014 o recém-eleito Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi participa da VI Cúpula do BRICS. A troca de visitas de alto nível a partir de 2003 foi maior do que o dobro de visitas ocorridas anteriormente, desde o estabelecimento das relações bilaterais em 1948, o que é um forte indicador da vontade política de ambas as partes no estreitamento dos laços. Estes encontros resultaram na identificação de diversas potencialidades e afinidades. Entende-se que há um leque de possibilidades em áreas como comércio, ciência e tecnológica, energia, agricultura, defesa, desenvolvimento sustentável, alívio da pobreza<sup>14</sup> e cultura (ÍNDIA, 2014b).

Na área de energia, a Índia demonstra interesse na questão dos biocombustíveis e na mistura do Etanol com gasolina, uma vez que os países já possuem um entendimento nesta área desde 2002. Observa-se a necessidade de mais investimentos de empresas brasileiras e indianas nestas áreas. A Petrobras possui um acordo com companhias indianas para a exploração de petróleo, gás e derivados e empresas indianas como a ONGC Videsh Ltda. já investem na extração de petróleo na Bacia de Santos e consideram possibilidades no Pré-Sal. A brasileira Andrade Gutierrez demonstrou interesse em investir no ramo hidrelétrico na Índia. Há perspectivas para cooperação em matéria de energia nuclear para fins pacíficos (BRASIL, 2007; 2014a)

No campo da ciência e tecnologia, identificam-se potencialidades em programas de pesquisa em biotecnologia, tecnologia da informação, fármacos e HIV/AIDS. Além disso, foram dados alguns passos na cooperação em pesquisa espacial e na recepção e processamento de dados de sensoriamento remoto, com acordos firmados em 2004 e 2007. Em 2012 foi lançado o Programa de Trabalho sobre Desenvolvimento Científico e Tecnológico para os dois anos seguintes e em 2013 o Conselho Científico Brasil-Índia. Existem projetos conjuntos de pesquisa sobre oceanos, biotecnologia, energias renováveis e tecnologia da informação e da comunicação. Ressalta-se que muitas destas passaram a ser desenvolvidas no âmbito trilateral (juntamente com a África do Sul), sendo iniciativas únicas no campo da cooperação Sul-Sul. (BRASIL, 2007; 2014a)

---

<sup>14</sup> Adotou-se a expressão utilizada pela Índia que, dada a sua realidade demográfica e montante da população em nível de miséria extrema, faz referência ao “alívio” da pobreza, em vez de “combate”, como utilizado no Brasil. Fatores religiosos e culturais que permitem maior tolerância da pobreza também influenciam nesta visão indiana.

Para a cultura, os países propuseram a criação das Semanas Culturais recíprocas. Foi firmado um memorando para a coprodução cinematográfica, trazendo muitas oportunidades para o Brasil, visto que Bollywood, a empresa cinematográfica indiana, é a maior do mundo em termos de vendas de bilhetes e número de filmes produzidos. Destaca-se a receptividade no Brasil de elementos da cultura indiana como a religiosidade, as artes cênicas e a filosofia, no entanto, existe pouca identificação com a moderna produção cultural indiana. As mostras de cinema e festivais de culinária servem de incentivo neste setor. Além disso, pretende-se ampliar o fluxo de turismo entre os dois países. O estabelecimento de rotas aéreas diretas cumpre um papel fundamental para isso (BRASIL, 2007; 2014a).

Na cooperação técnica e educacional, por volta de 50 brasileiros foram à Índia para participação no programa de treinamento em áreas como diplomacia, energias renováveis, administração pública, ciências da computação, língua inglesa, defesa e comunicação, entre outras, dentro do programa *Indian Technical & Economic Cooperation Programme* (ITEC), promovido pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da Índia. Na cooperação para o desenvolvimento o diálogo se concentra na importância de iniciativas para a segurança alimentar e alívio da pobreza, além da regulamentação tanto no plano bilateral como no global a respeito da produção e comercialização de medicamentos e a questão da propriedade intelectual (BRASIL, 2007; 2014a).

Em matéria de defesa, sublinha-se a existência de um comitê conjunto de defesa. Os países tem um acordo de cooperação em Defesa, assinado em 2003 e em vigor desde 2006. O objetivo principal da cooperação securitária Brasil-Índia é promover o intercâmbio de pessoal, a realização de exercícios militares conjuntos e o desenvolvimento de materiais e equipamentos. Os países obtiveram bons resultados com pesquisa e desenvolvimento de aeronaves<sup>15</sup>. A participação em feiras e exposições como a "LAAD Security – Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa" do Brasil e a "4th India Aviation", "DEFEXPO" e "AEROINDIA" indianas também servem para promover a cooperação neste setor. (BRASIL, 2007; 2013b).

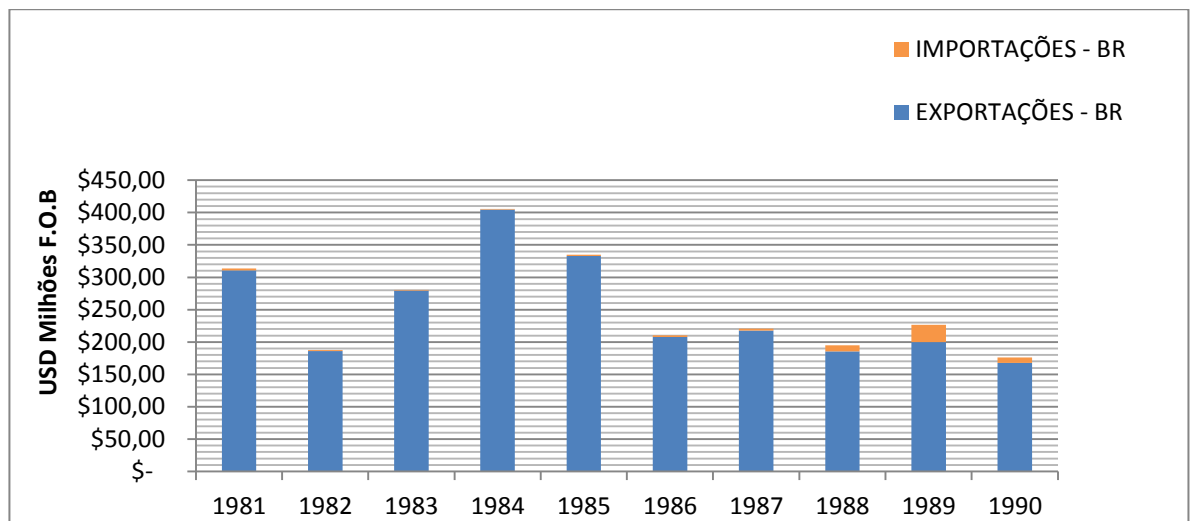
O comércio entre Índia e Brasil reflete as mudanças sistêmicas das últimas décadas. Anteriormente, os dois países mantinham um modelo de substituição de importações, sendo mais fechados ao comércio internacional. Até a década de 1990, o comércio bilateral não atingia volumes significativos. A Índia importava do Brasil uma pauta bastante concentrada

---

<sup>15</sup> "Integração de sistemas indianos de alerta rápido, tais como os radares desenvolvidos pelo 'Centre for Airborne Systems', da Organização para Pesquisa e Desenvolvimento em matéria de Defesa, nos sistemas de alerta aéreo antecipado e controle EMB 145 AEW & C, desenvolvidos pela EMBRAER" (BRASIL, 2013b).

em produtos primários, a falta de incentivos ao setor privado, a política de substituição de importações, o protecionismo e a própria falta de complementaridade econômica eram vistas como principais obstáculos ao comércio bilateral (VIEIRA, 2009). As exportações brasileiras para a Índia representavam em média mais de 97% do comércio bilateral durante a década de 1980, sendo um dos maiores desequilíbrios comerciais do mundo no período, conforme demonstrado no gráfico a seguir<sup>16</sup>:

**Gráfico 1 - Intercâmbio Comercial Brasileiro – Índia (1981 – 1990)**



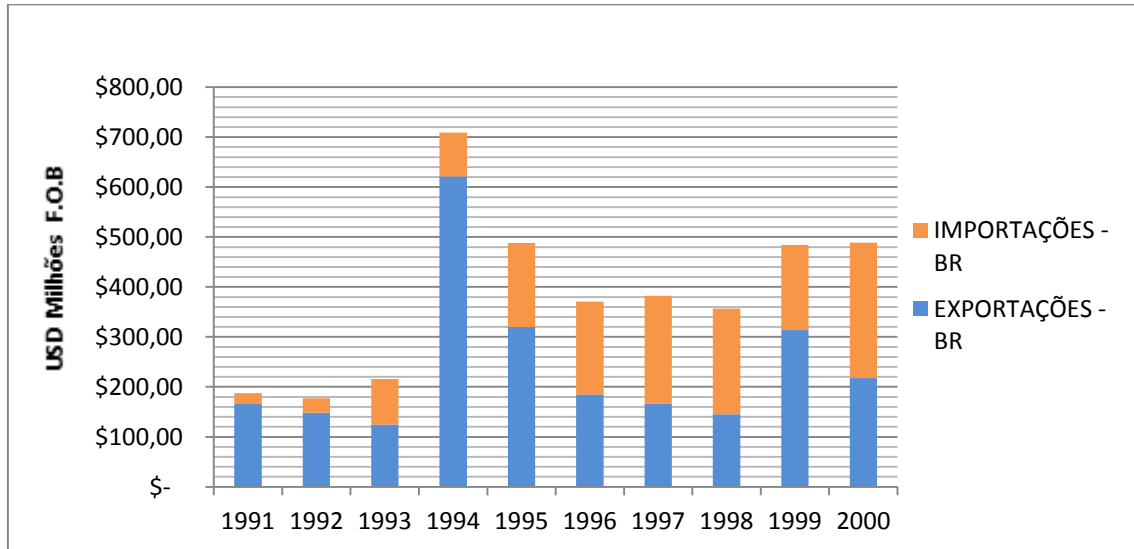
Fonte: Brasil (2014b).

A partir da década de 1990, ambos iniciam um processo de abertura comercial com o objetivo de se integrarem à economia mundial. Com isso, a diversificação dos parceiros comerciais e a inserção em novos mercados se torna um elemento essencial da política comercial destes países. Desde o início da década de 1990 a Índia passou a promover iniciativas de inserção no mercado brasileiro (e latino-americano), como feiras e estímulos ao setor privado, com destaque ao programa Foco: América Latina e Caribe (FOCUS LAC) de 1997 para encorajar os negócios na América Latina e Caribe.

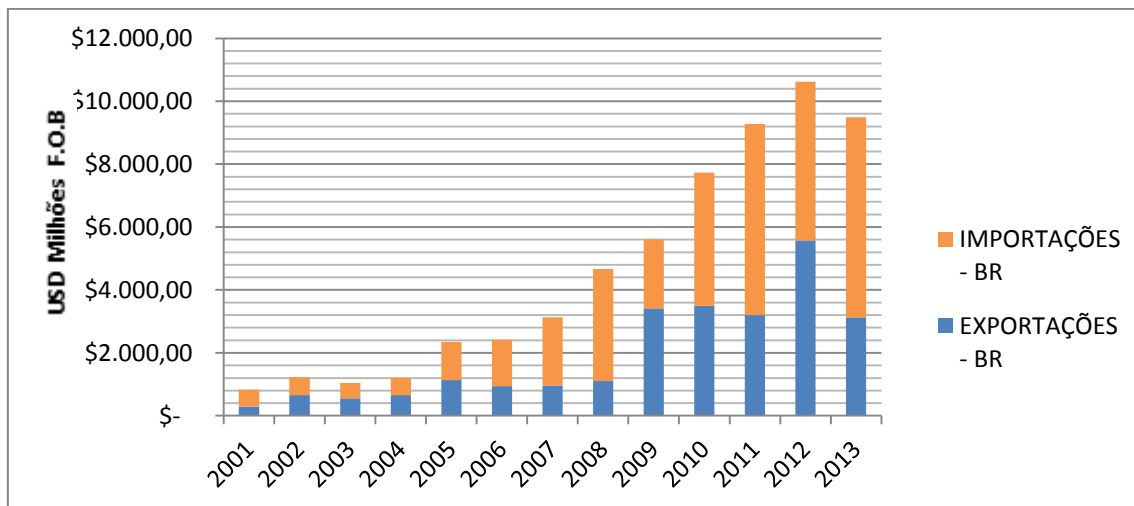
Estas iniciativas tiveram resultados positivos para a Índia na década seguinte. Com isso, o percentual das exportações brasileiras no total do comércio bilateral reduz-se de um patamar próximo de 80% até a primeira metade da década de 1990 para uma participação de 44% no ano de 2000 e se mantendo por volta dos 45% até os anos 2010. Enquanto isso, as exportações indianas dão um salto e a corrente de comércio dobra entre 2000 e 2001, atingindo níveis recordes após 2010, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

<sup>16</sup> A série histórica da fonte utilizada inicia em 1981.



**Gráfico 2 - Intercâmbio Comercial Brasileiro – Índia (1991-2000)**

Fonte: Brasil (2014c).

**Gráfico 3 - Intercâmbio Comercial Brasileiro – Índia (2001-2013)**

Fonte: Brasil (2014c).

O Brasil, que tinha um grande superávit no comércio com a Índia, tem o seu primeiro déficit no ano de 1996. Desde então até o ano de 2013, o país encerrou o ano apenas seis vezes com saldo positivo na balança comercial bilateral. Isto se deu, pois o volume das exportações brasileiras oscila, alternando períodos de crescimento positivo com outros de queda. Já as exportações indianas vêm apresentando crescimento contínuo e mais expressivo. A corrente de comércio ultrapassou a marca de USD 1 bilhão em 2002 e de USD 10 bilhões

em 2012. A queda registrada em 2013 se deu em razão do recrudescimento das exportações brasileiras, visto que as exportações indianas atingiram um nível recorde em 2013 e há indícios de que o atingimento em 2014 será ainda maior (BRASIL, 2014c).

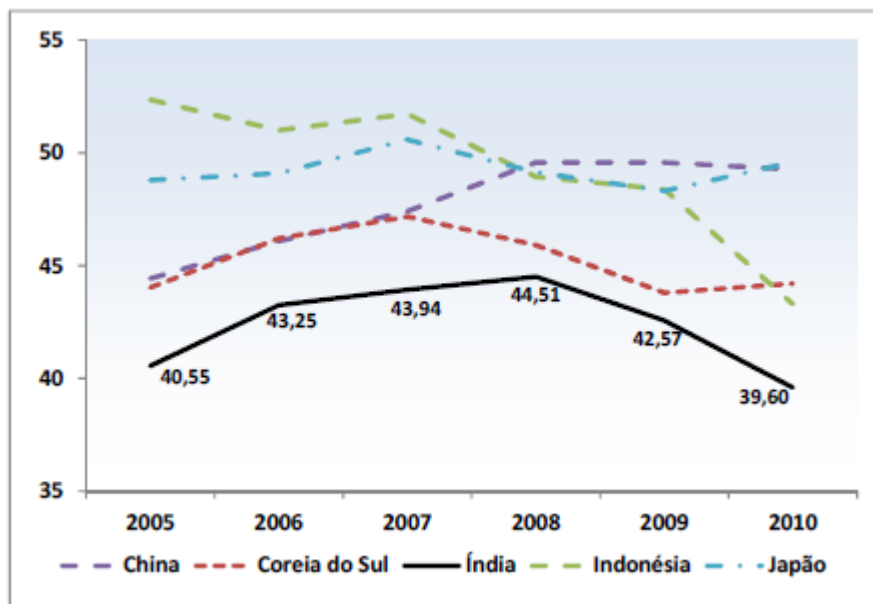
A pauta do comércio bilateral é bastante concentrada. Enquanto o Brasil exporta principalmente petróleo bruto, que representa aproximadamente 50% do total da pauta, a Índia exporta óleo diesel em proporção equivalente. Esta concentração pode ser prejudicial às trocas bilaterais, pois permite oscilações drásticas dependendo do desempenho do setor em um determinado ano. De qualquer forma, os outros produtos importados pela Índia como açúcar, óleo de soja, cobre e outros minérios e insumos para indústria química também registraram queda no ano de 2013. Por outro lado, as demais mercadorias da pauta de exportações indianas, contando com produtos como fios de poliéster e de algodão, produtos químicos e fármacos registraram crescimento no último ano (ÍNDIA, 2014b).

Além do aumento no volume, observa-se também o crescimento na participação mútua no total do comércio exterior de ambos. Até os anos 2000, o comércio bilateral representava menos de 0,5% do total do comércio exterior de cada um. Entre 2012 e 2013, esta taxa atinge 2,28% do comércio exterior brasileiro e 1,37% do total indiano (ÍNDIA, 2014a). Este valor ainda representa uma parcela baixa, porém demonstra que a intensificação das relações políticas, especialmente com o crescimento dos contatos no âmbito multilateral está trazendo resultados positivos ao comércio. Entretanto, a concentração de mais de 50% da pauta em apenas dois produtos, demonstra a fraca inserção da iniciativa privada no intercâmbio comercial (BRASIL, 2014c).

Um dos fatores a ser considerado como entrave aos negócios são as próprias barreiras culturais. A observância ao aspecto cultural é um dos principais fatores que diferenciam as negociações domésticas das internacionais. Dessa forma, os negócios entre o Brasil e a Índia podem ser aprimorados se consideradas as especificidades culturais em cada um destes países. Estas vão muito além do entendimento da história e das tradições do outro país. A população precisa superar o imaginário construído de Brasil como apenas o país do café, Amazônia e carnaval e a Índia como a terra do chá, yoga e misticismo. Estes precisam compreender-se mutuamente enquanto nações modernas, que passam por um amplo processo de ampliação das classes médias, da escolaridade, do volume de empreendimentos e internacionalização da economia. Dessa forma, conforme apontam pesquisas, o perfil do negociador indiano é, em média, mais ocidentalizado, enquanto que o brasileiro cada vez mais dinamiza a sua forma de negociação (por exemplo, ao dominar cada vez mais a língua inglesa) (ALMEIDA *et al*, 2005).

Outro importante fator apontado é a falta de complementaridade econômica entre os dois países. De acordo com um estudo realizado pela Apex-Brasil em 2012, dentre as principais economias asiáticas, a Índia é o país com o qual o Brasil possui o menor índice de complementaridade econômica, atingindo 39,6 pontos em 2010, em uma escala que vai de 0 a 100. Este índice vem decrescendo nos últimos anos, conforme a figura abaixo (SANTOS; STEFFEN, 2012, p. 74-75).

**Gráfico 4: Índice de Complementaridade de Comércio Brasil-Índia e Brasil-Países Selecionados**



Fonte: Santos e Steffen (2012, p. 75).

Ainda assim, ressalta-se que o a Índia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil dentre os BRICS. O Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina e é visto como um mercado fundamental para a inserção indiana nos demais países da região. O primeiro passo dado neste sentido foi a assinatura, em 2004, do Acordo de Preferências Tarifárias Fixas entre o Mercosul<sup>17</sup> e a Índia, ratificado pelo Brasil em 2008. O acordo recebeu diversas críticas, pois seu escopo se restringe a artigos os quais as partes não possuem vantagens comparativas, de forma que o seu real impacto no comércio entre as partes tende a ser limitado.

Verifica-se a existência de investimentos mútuos, no entanto, ainda em níveis bastante baixos. Dentre as principais empresas brasileiras na Índia se destacam a Marco Polo, a Vale, a Stefanini e a Gerdau. No Brasil estão presentes as indianas TCS, Wipro, Infosys, Cadilla,

<sup>17</sup> O Brasil não pode celebrar acordos de comércio unilateralmente, a não ser por consentimento dos demais membros do Mercosul.

Mahindra, L & T, Renuka Sugars, United Phosphorus e Polaris. Os brasileiros investem principalmente em automóveis, informática, mineração, energia, biocombustíveis e no setor calçadista. Indianos concentram os investimentos no Brasil em tecnologia da informação, fármacos, energia, agronegócios, mineração e engenharia (ÍNDIA, 2014b).

De acordo com estatísticas do *Reserve Bank of India* (RBI), os investimentos indianos no Brasil em 2013 foram de US\$ 37 milhões. No entanto, o RBI apenas considera os investimentos externos, mas não contabiliza outras formas de investimentos como os feitos através de holdings no exterior, os feitos por meio de empréstimos contraídos com instituições financeiras estrangeiras, reinvestimentos de subsidiárias no Brasil, entre outros. Estima-se que no total estes se aproximem de US\$ 5 bilhões. Os investimentos do Brasil na Índia são ainda menores, segundo dados do Departamento de Política Industrial da Índia, os fluxos de capital acumulados do Brasil para a Índia entre abril de 2000 e outubro 2013 foram US\$ 23 milhões, apenas 0,01% do total da entrada de capitais na Índia no mesmo período (ÍNDIA, 2014b).

Em suma, os contatos bilaterais são ampliados a partir da década de 1990, acompanhando as diretrizes da diplomacia de cada um dos dois países. Em 1991, a Índia inicia uma nova fase na sua política externa, para a qual os contatos com o Brasil são interessantes como forma de inserção no mercado latino-americano. Em um primeiro momento, o Brasil não corresponde de forma tão positiva. À matriz externa neoliberal, sobrepunham-se momentos desenvolvimentistas, assim, apesar de estabelecer um diálogo político, o Brasil hesitava em estabelecer uma parceria mais efetiva. No final do governo Cardoso, surgem os traços da matriz externa que marcaria a década seguinte, de caráter neodesenvolvimentista. Concomitantemente, a parceria com a Índia toma contornos mais institucionalizados e propositivos.

A partir de 2003, as relações há uma clara intensificação dos contatos, marcados agora pela agenda trilateral. Após a primeira Cúpula do IBAS em 2006, a parceria deslança, com encontros bilaterais nas mais diversas instâncias, identificação de potencialidades, maior inserção da Índia no mercado brasileiro e desenvolvimento da cooperação técnica, embora abrangência não tão ampla.

Apesar da intensificação nos contatos bilaterais, percebe-se que os resultados reais no comércio, investimentos e projetos amplos de cooperação técnica para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico permanecem pequenos, considerando-se o tamanho das economias e o *status* de parceria estratégica. Ainda assim, os países estão comprometidos com o aprofundamento da interdependência. Estabeleceu-se uma meta de US\$ 15 bilhões para a corrente de comércio até 2015. Os projetos através do Conselho Científico Brasil-Índia

ganham força desde 2008. Esta é uma das áreas em que os países encontram maior complementaridade, pois enquanto a Índia possui maior nível de desenvolvimento em áreas como produção de softwares, fármacos e matemática, o Brasil encontra avanços no setor energético e de produção agrária.

A aproximação vista nas últimas décadas obteve seus principais efeitos no campo multilateral em que Brasil e Índia souberam utilizar a convergência de posições em diversos temas da agenda internacional para construir iniciativas inéditas tanto em instituições de governança global como na formação de novas coalizões Sul-Sul.

### 3.2 RELAÇÕES MULTILATERAIS

O Brasil e a Índia possuem um longo histórico de convergência no âmbito multilateral. Este foi por muitas décadas fruto de coincidência de posições, especialmente em temas como comércio internacional e defesa dos países em desenvolvimento. Somente nas últimas décadas é que Brasil e Índia passaram a atuar de forma articulada nestes fóruns, formando e liderando coalizões a fim de agir de maneira concertada juntamente com outros países em desenvolvimento, conquistando maior poder de barganha nas negociações com países desenvolvidos. Este tipo de articulação no campo multilateral, especialmente a partir de 2003, tornou-se o ponto mais importante para o diálogo Brasil-Índia, fortalecendo o caráter estratégico da parceria.

Até a década de 1990, Índia e Brasil apresentavam posicionamentos similares em diversos fóruns multilaterais. Esta convergência teve origem ainda na Guerra-Fria. A Índia tornou-se um dos principais líderes do MNA, que teve sua proposta inicial datada em 1955. O Brasil, apesar de não aderir ao movimento, participou como membro-observador desde a 1ª Cúpula, realizada em Belgrado, no ano de 1961. A adesão ao movimento não era uma opção viável ao Brasil, dado que grande parte dos países do grupo possuía algum tipo de acordo ou proximidade com o bloco socialista, a exemplo da Índia, que em 1971 havia assinado um tratado de amizade com a União Soviética. Ainda assim, no âmbito da ONU, os países tinham opiniões coincidentes na maior parte das votações da Assembleia Geral, estas eram, no entanto, espontâneas, dadas as condições semelhantes de ambos enquanto grandes países em desenvolvimento (VIEIRA, 2009).

Apesar de a aproximação do Brasil e da Índia no âmbito multilateral ser ainda mais ampla, havendo convergência em diversos temas da agenda internacional, como a questão

ambiental, em que os países cooperam através do fórum Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC). Ambos também atuam como países-chaves nas operações de paz da ONU e convergem em diversas outras questões nas votações da Assembleia Geral da ONU e outros organismos especializados, este subcapítulo se concentra em quatro iniciativas multilaterais de relevo: o G20, na OMC; o G4, para o Conselho de Segurança da ONU; o IBAS e o BRICS. Estes arranjos se diferem dos demais por terem em sua origem iniciativas indo-brasileiras e pelo seu caráter reivindicativo por mais participação nas decisões centrais da política internacional.

### **3.2.1.O G20 e o G4**

A tendência de Brasil e Índia apresentarem posturas análogas em fóruns multilaterais ganhou destaque nas negociações da Rodada Uruguai do GATT, que durou de setembro de 1986 até abril de 1994 e que precedeu a criação da OMC. Desde o GATT, Brasil e Índia já vinham construindo e liderando coalizões na temática do comércio internacional, como o G5 (juntamente com Iugoslávia, Argentina e Egito) que propunha a resolução de impasses remanescentes antes de se iniciar uma nova rodada de negociações. Da mesma forma, estes países tomaram parte no G10 reivindicando a exclusão das questões referentes a serviços e propriedade intelectual do GATT. Destaca-se que o papel de liderança da Índia e Brasil nestas coalizões foi fundamental para a conclusão da Rodada Uruguai (VIEIRA, 2009).

A partir da criação da OMC em 1995, a atuação destes dois países se tornou cada vez mais relevante. Porém, a partir de então, a convergência não era mais fruto de coincidências, mas de gradativas articulações entre países em desenvolvimento a fim de garantir influência e a defesa de seus interesses dentro desta organização. Antes do lançamento da Rodada Doha, houve três Conferências Interministeriais, em Singapura, Seattle e Genebra. A articulação dos países em desenvolvimento para barrar o lançamento de uma nova rodada em termos desfavoráveis a eles foi de grande relevância, em um momento em que se debatia a introdução na Rodada dos chamados “Novos Temas”, como os investimentos, padrões trabalhistas, compras governamentais e meio-ambiente. Maíra Vieira (2009) afirma que apesar de ter havido momentos de altos e baixos, a disposição cooperativa entre os dois países no âmbito da OMC foi o que permitiu a ação conjunta na década seguinte.

Em 2001 é lançada em Doha a “Rodada do Desenvolvimento”, com o intuito de pôr fim às disparidades no comércio internacional, assim as negociações multilaterais teriam por

finalidade impulsionar o crescimento do comércio mundial, trazendo benefícios especialmente aos países em desenvolvimento. O objetivo era de concluir a rodada até Janeiro de 2005, esta meta, no entanto, não foi atingida e as negociações entre os principais debatedores foram suspensas em 2006 e entraram em colapso em 2008 (BRASIL, 2010b). Mesmo com alguns avanços nas negociações em 2013, ainda não foi possível se implementar nenhum acordo (BRASIL, 2010b).

Nesta Rodada, Índia e Brasil cooperaram na luta contra a concessão de subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos e nas discussões sobre o Acordo TRIPs (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property*). A Índia inicia as negociações apresentando posicionamentos isolados em relação ao próprio lançamento da Rodada e na questão dos “Novos Temas”. No entanto, ao longo dos primeiros anos, esta percebeu a importância da formação de alianças como única forma de influenciar nas negociações. Com o Brasil, apesar de divergências quanto a alguns temas, as tensões nunca foram o suficiente de forma a ameaçarem a parceria formada na esfera desta instituição. Brasil e Índia se tornaram líderes naturais das coalizões dos países em desenvolvimento nos anos que se seguiram (VIEIRA, 2009).

O contencioso do Brasil com os Estados Unidos no caso das patentes farmacêuticas é um caso emblemático de uma vitória na OMC que contou com o apoio de países em desenvolvimento, trazendo benefícios diversos, ainda em 2001. O governo brasileiro se opôs aos laboratórios farmacêuticos, particularmente estadunidenses, ao se posicionar firmemente contra a exclusividade de produção e comercialização de medicamentos para o tratamento da AIDS, alegando a questão humanitária de que “o bem-estar público deveria prevalecer sobre o lucro”. A demanda brasileira obteve êxito e contou com o apoio, dentre outros países em desenvolvimento, da Índia, conhecida pela sua grande indústria de medicamentos genéricos, que viu nesta a oportunidade de abertura de um grande nicho de mercado não só para o Brasil, mas para inúmeros países que sofrem com epidemias de AIDS (OLIVEIRA; MORENO, 2007, p. 9-10).

Na questão agrícola, um dos temas centrais da Rodada Doha, destaca-se a criação do G20 dos países em desenvolvimento, nos preparatórios V Conferência Ministerial, em Cancun em 2003. Este grupo surge como uma nova alternativa de articulação entre países agroexportadores, desta vez incluindo apenas países em desenvolvimento, contrapondo-se ao

limitado engajamento de alguns países do Grupo de Cairns<sup>18</sup>, como a Austrália, na adoção de posições mais firmes frente às negociações. Os países do G20 recusaram a proposta agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia, impedindo o encerramento das negociações em termos desfavoráveis e inserindo uma agenda desenvolvimentista na Rodada (SANTOS, 2011).

O G20 contou, desde a sua origem, com a liderança indiana e brasileira, juntamente com a da China e África do Sul. Um dos indicadores da importância dos dois países para o grupo foi o fato de que as três próximas reuniões que se seguiram ocorreram em Brasília, São Paulo e Nova Délhi. O G20 é atualmente formado por 23 países<sup>19</sup>, no entanto, durante a sua formação, alguns membros ingressaram tardiamente no grupo enquanto que outros se retiraram, principalmente por pressão exercida pelos Estados Unidos. O grupo atua de maneira coordenada na questão agrícola, defendendo: acesso a mercados através da redução das tarifas; fim dos subsídios às exportações de bens agrícolas; redução do apoio governamental à produção local (SANTOS, 2011).

No ano de 2005, o grupo elabora uma proposta a ser defendida na VI Reunião Ministerial em Hong Kong, na qual introduz ideias como o teto global de subsídios e os limites de subsídio específico por produto. Nesta reunião definiu-se que os subsídios às exportações deveriam ser eliminados até 2013, também se inseriu na pauta a dimensão socioeconômica da agricultura, baseada em critérios de segurança alimentar, subsistência e desenvolvimento rural. (SANTOS, 2011). Estes são temas sensíveis especialmente para a Índia e viriam a ser o grande obstáculo às negociações que se seguiriam.

Embora acordados para 2013, o fim dos subsídios agrícolas gerou um entrave nas negociações. Por um lado, há a relutância dos Estados Unidos em reduzirem o apoio doméstico à produção de grãos, bem como da União Europeia para a redução de tarifas e abertura de seu mercado, que recebe duras críticas dos países em desenvolvimento devido à Política Agrícola Comum (PAC). Por outro lado, a pressão dos países em desenvolvimento para a redução dos subsídios nos países ricos se contrapõe às salvaguardas pedidas pelos mesmos para as suas próprias economias. Estes sustentam o seu argumento em critérios de segurança alimentar e proteção da população rural pobre. Para solucionar este impasse, foi criado o G4 entre Brasil, Índia, Estados Unidos e União Europeia, em que Austrália e Japão

---

<sup>18</sup> Formado em 1986, reúne: Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai

<sup>19</sup> Países do G20: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.



também tomaram parte. As negociações no âmbito deste grupo foram suspensas em 2006 e, embora retomadas em 2007, entram em colapso neste mesmo ano durante a reunião de Potsdam (SANTOS, 2011).

Desde 2008, a Rodada se encontrava congelada devido aos entraves impostos pela Índia, uma vez que a organização necessita do consenso entre todos os membros. Na IX Conferência Ministerial da OMC, ocorrida em Bali em dezembro de 2013, tendo o brasileiro Roberto Azevedo como diretor-geral, a organização consegue fechar o primeiro acordo desde o lançamento da Rodada Doha. Apesar de limitado, o pacote previa a redução dos subsídios agrícolas, isenção de tarifas a produtos de países menos desenvolvidos e redução na burocracia de fronteiras (LANDIM, 2013).

O embate central para a conclusão do acordo se deu entre Índia e Estados Unidos em relação à segurança alimentar e à concessão de subsídios agrícolas para as populações rurais dos países pobres. A Índia se saiu vitoriosa ao não recuar mesmo com pressões internacionais e garantir a duração da cláusula de paz, que impede questionamentos a respeito do tema até que soluções sejam encontradas, no prazo de dois anos. Entretanto, sete meses após a celebração do acordo, a Índia contestou a redução da burocracia alfandegária, impedindo a implementação do acordo e novamente congelando a Rodada. O premiê indiano, Narendra Modi justificou o posicionamento indiano como sendo em defesa dos mais pobres e comparou a firme decisão indiana com o prosseguimento dado aos testes nucleares, a despeito das pressões internacionais (WTO, 2014).

Este ponto representou certa cisão na tradicional convergência nesta área, uma vez que o Itamaraty havia considerado os acordos como “amplamente positivos para o Brasil”, ressaltando que “a OMC reconheceu a legitimidade dos programas de segurança alimentar no mundo em desenvolvimento, permitindo a manutenção de políticas de estoques públicos, acompanhadas por salvaguardas que previnem distorções comerciais” (BRASIL, 2013a). O Itamaraty afirmou o descontentamento pelos atrasos no acordo, mas na mesma nota reiterou que o Acordo de Facilitação do Comércio não é o único entrave na organização e que o Brasil tem trabalhado principalmente para aproximar posições para a superação do impasse. Assim, a diplomacia não exerce críticas diretas à Índia e compromete-se com o diálogo para a superação do impasse (MACEDO, 2014).

Em novembro de 2014, a Índia entra em acordo com os Estados Unidos em relação à permissão de concessão de subsídios agrícolas em países em desenvolvimento para a proteção da população rural e da segurança alimentar. Com isso, em 27 de novembro de 2014 é

firmado um novo acordo na OMC, resolvendo o impasse causado em julho pelo veto indiano (CHADE, 2014).

O Conselho de Segurança da ONU é o principal mecanismo de tomada de decisões políticas e securitárias no mundo, que produz resoluções de caráter vinculativo. É formado por cinco membros permanentes com direito a veto (Estados Unidos, Rússia, China, França e Inglaterra) e dez membros não-permanentes que exercem mandatos de dois anos e não possuem o direito de veto. As críticas ao organismo referem-se ao fato de este representar a estrutura de poder mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, sendo inconsistente com a atual configuração do sistema mundial. Dessa forma, uma reforma que represente a nova correlação de forças se torna imperativa.

Brasil e Índia também sustentam uma agenda comum quanto à Reforma da ONU e do Conselho de Segurança. No pleito por uma vaga permanente, desde 2004, estes países passaram a defender uma proposta dentro do G4, juntamente com a Alemanha e o Japão. A proposta defendida pelo G4, também conhecida como proposta “A” sugere que o Conselho passe a ter 10 novos membros, seis permanentes (dois da Ásia, dois da África, um da América Latina e Caribe e um da Europa) e quatro rotativos, sendo que os permanentes não terão direito a veto, este assunto só voltaria a ser discutido após quinze anos de implementação da reforma. A proposta teve a oposição de outros projetos (VIOTTI, 2010, p.88-89).

O projeto “B” foi o Consenso de Ezulwini apresentado pela União Africana. Este é similar ao projeto “A”, porém não abre mão do veto aos permanentes e ainda busca uma ampliação ainda maior das vagas, além de criar uma categoria intermediária de assentos com mandatos de quatro anos renováveis. Os dois projetos foram ainda confrontados pela proposta “Unidos pelo Consenso”, conhecida anteriormente como *Coffe Club*, que defendiam apenas a criação de novas vagas rotativas. Este último grupo é formado por outros países de capacidades médias, que rivalizam com os países do G4 em suas respectivas regiões, dentre outros apoiadores com *status* semelhantes, tais como Argentina, Colômbia, México, Paquistão, Espanha, Itália, Coreia do Sul e Turquia e Canadá. Além destes, foi também apresentada em 2006 a concepção dos *Small Five* (Singapura, Costa Rica, Jordânia, Liechtenstein e Suíça) propondo apenas reforma nos e nos métodos de trabalho do organismo (VIOTTI, 2010, p.88-89).

A articulação nos marcos do G4 teve uma retração em 2006, quando a proposta formalizada à Assembleia Geral da ONU não foi assinada pela Japão e após esta, não houve a exposição de novas resoluções neste âmbito. Ainda assim, os países permanecem realizando encontros ministeriais paralelamente às reuniões da Assembleia Geral de forma a conciliar

posições e criticar a falta de avanços nas reformas no Conselho. Brasil e Índia apoiam-se mutuamente dentro desta proposta, o que busca evitar competição por apoio a candidaturas individuais, uma vez que, em oposição ao Japão e Alemanha, ambos são países em desenvolvimento. A Índia já conta com o declarado apoio norte-americano, enquanto que o Brasil, apesar de ter recebido o apoio da Rússia, Inglaterra e França, não contou com demonstrações explícitas de apoio nem dos Estados Unidos nem da China. Esta veta veementemente a participação do Japão e da Índia. A aproximação com a China no âmbito dos BRICS trás expectativas favoráveis quanto ao apoio desta, uma vez que a China já declarou diversas vezes ser favorável a uma reforma no Conselho, embora sem apoiar um projeto em especial.

### 3.2.2 O IBAS e o BRICS

O Fórum de Diálogo Trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) teve origem em 2003 e representou uma iniciativa histórica sem precedentes. O estabelecimento de uma coalizão Sul-Sul entre países de três regiões distintas do globo levantou ceticismo e críticas quanto à sua capacidade de atuação e possível efemeridade. Passados mais de 10 anos do surgimento do fórum, é possível se reconhecer o seu caráter estratégico e a sua condição “enquanto um dos maiores esforços cooperativos do Sul no mundo pós-Guerra Fria” (VISENTINI, 2010, p 67).

Onuki e Oliveira (2013) chamam atenção a duas dimensões consideradas fundamentais no surgimento do IBAS, o plano simbólico e o plano de poder. Na dimensão simbólica, Índia, Brasil e África do Sul representam respectivamente o sul da Ásia, o da América e o da África, regiões ainda em desenvolvimento nas quais os três países possuem grande importância. Na dimensão de poder, o IBAS é visto como um propulsor do poder de barganha com o resto do mundo.

O grupo surgiu da idealização por parte da África do Sul, desde a década de 1990, após o fim do *apartheid*, de uma coalizão dos países do Sul para dialogar com o G8. Esta ideia tomou forma no ano de 2000, com a tese do presidente sul-africano Thabo Mbeki, de que haveria a necessidade de um grupo articulado no Sul, que incluiria, além dos três países, China e Arábia Saudita. A mudança no cenário internacional após o 11 de setembro postergaram o projeto sul-africano (VISENTINI, 2010).

A proposta ressurge em 2003, diante do mesmo contexto do surgimento do G20 em Cancun, de convergência política dos países em desenvolvimento frente à necessidade de

ampliação da capacidade de influência nas decisões multilaterais em oposição aos países desenvolvidos. Entretanto, o desenho da aliança é reformulado, de forma a torná-la mais coesa quanto aos objetivos no cenário internacional, agrupando três países democráticos, com histórico de engajamento político em defesa dos países em desenvolvimento, com posições convergentes em órgãos multilaterais e interesse em ampliar a participação na política mundial, além de desafios socioeconômicos internos semelhantes.

O IBAS surge durante as discussões entre o presidente brasileiro e o sul-africano, às margens do encontro do G20, em junho de 2003. O grupo foi formalizado através da Declaração de Brasília, firmada em julho de 2003, pelos ministros Nkosazana Dlamini Zuma, da África do Sul, Celso Amorim, do Brasil, e Yashwant Sinha, da Índia. A cooperação neste fórum tem três objetivos primordiais: consulta e coordenação de posições no âmbito global; cooperação trilateral em áreas concretas, por meio dos grupos de trabalho; e auxílio à outros países em desenvolvimento com a elaboração de projetos através do Fundo do IBAS. O fórum tem o objetivo central de alavancar o desenvolvimento econômico de seus países através de projetos conjuntos e cooperação na defesa de seus interesses no plano internacional (ÍNDIA, 2013).

O IBAS desenvolve ações através de seus 14 grupos de trabalho nas seguintes áreas: transportes, saúde, educação, defesa, Ciência e Tecnologia, comércio e investimentos, cultura, agricultura, energia, administração pública e governança, administração tributária, concentração populacional, meio ambiente e desenvolvimento social. O IBAS também possui seis fóruns de diálogo entre a sociedade civil, o parlamentar, o de mulheres, o acadêmico, o de governança local, o de negócios e o de editores. Todos estes se reúnem conforme agenda própria. Há também os pontos focais e a Comissão Trilateral entre os chanceleres dos três países. Outro projeto inovador foi a criação do Fundo do IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza que, apesar de ter recursos limitados, atua em países mais pobres, desenvolvendo projetos no Haiti, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Burundi, Palestina, Camboja, Laos e Serra Leoa. O Fundo recebeu em 2006 o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e, em 2010 o prêmio Metas do Milênio para a Cooperação Sul-Sul (ÍNDIA, 2013).

O incremento do comércio entre os três países é uma das preocupações do grupo, uma das formas de incentivar as trocas foi a criação do Fórum de Negócios em 2005. Além disso, existe um projeto de acordo de livre comércio Mercosul-Índia-SACU que encontra suas potencialidades e limitações nos acordos comerciais já celebrados entre os mesmos mas de maneira bilateral. O comércio Sul-Sul, de uma maneira geral, cresceu nas últimas duas

décadas em um nível maior do que o crescimento do comércio norte-sul, ampliando a sua participação no comércio global total, criando novas oportunidades de inserção nos mercados regionais dos países parceiros (ÍNDIA, 2013).

A partir das grandes navegações europeias no século XVI, os oceanos Atlântico Sul e Índico representavam uma área de intenso fluxo de comércio entre todos os continentes. A abertura do Canal de Suez reduz a relevância estratégica dos oceanos do sul. No entanto, o aumento dos fluxos entre Brasil, Índia e África do Sul, bem como entre os demais países do Sul em geral, demonstram o retorno destes como áreas geoestratégicas. Desde a década de 1990, com o fim do *apartheid* na África do Sul, a Índia demonstra interesse no fortalecimento da rota comercial via Cidade do Cabo. Além do interesse logístico, destacam-se as recentes descobertas de recursos energéticos nesta região (VISENTINI, 2010).

Por esta razão, tornam-se relevantes os exercícios navais conjuntos realizados através do *India-Brazil-South Africa Maritime* (IBSAMAR). Estes ocorreram pela primeira vez em 2008, na costa sul-africana, na região do Oceano Índico. A segunda e terceira edições ocorreram em 2010 e 2012 e o quarto movimento foi realizada entre outubro e novembro de 2014. A institucionalização de operações bianuais evidencia o interesse geoestratégico do grupo que compreende a necessidade de fortalecer a soberania sobre a região enquanto busca atrair para esta os fluxos globais que tendem cada vez mais a se deslocar para o Pacífico (ÍNDIA, 2013).

O surgimento do IBAS representou um marco nas relações Brasil-Índia que, desde então, transferiram ao nível trilateral a maior parte de suas pautas bilaterais. A cooperação comercial, técnica e para o desenvolvimento assim como a articulação em fóruns multilaterais passaram a ser assuntos trilaterais, por excelência. Os encontros de alto-nível e as reuniões da Comissão Mista bilateral passaram a ocorrer de forma paralela aos eventos do Fórum. Pinheiro e Vieira (2013, p. 54) chamam este fato de “desvio” das iniciativas bilaterais para o contexto trilateral. Ainda assim, a criação do Fórum serviu apenas para intensificar o contato entre os dois países, especialmente após 2006, com a Primeira Cúpula ocorrida em Brasília.

Mais de 10 anos após sua criação, já realizadas cinco cúpulas presidenciais, quatro exercícios navais conjuntos além de diversos encontros ministeriais, acadêmicos, empresariais e outros setores da sociedade civil, volta-se a questionar sobre o real alcance do IBAS, tendo em vista o limitado alcance dos projetos comuns e poucas iniciativas em áreas cruciais para a parceria estratégica, como a cooperação em ciência e tecnologia e outras formas de parceria para o desenvolvimento. O ceticismo em relação ao IBAS se amplia após o adiamento da VI Cúpula, que ocorreria na Índia em 2013 e a percepção de que a sobreposição das agendas,

pautas e membros em relação aos BRICS tenderia a esvaziar o agrupamento (STUENKEL, 2012). A seguir, veremos as principais diferenças entre os dois blocos a fim de verificar as razões pelas quais há espaço para os dois agrupamentos nas estratégias de Brasil e Índia (e África do Sul).

A sigla BRIC e posteriormente BRICS<sup>20</sup> ganhou bastante visibilidade no meio internacional, na mídia e no meio acadêmico após a crise financeira de 2008. O acrônimo surgiu a partir da publicação do estudo feito pelo banco de investimentos Goldman Sachs “*Building Better Global Economic BRICs*”, de Jim O’Neill (2001). Em 2003, é publicado um novo estudo intitulado “*Dreaming with BRICs: the path to 2050*”, de Dominic Wilson e Roopa Purushothaman e, em 2007, “*BRICs and Beyond*”, também de Jim O’Neill. Estes estudos surgem como forma de marketing financeiro, apontando novos mercados que, de acordo com uma série de critérios estatísticos – como crescimento econômico, populacional e estabilidade política – seriam capazes de rivalizar com o G7 e figurar dentre as maiores economias do mundo até 2050 (O’NEILL, 2001; 2003; 2007).

O agrupamento tomou força política quando, a partir de 2006, os chanceleres dos quatro países (a África do Sul ingressou oficialmente no grupo apenas em 2011) passaram a se reunir à margem das reuniões da Assembleia Geral da ONU. No contexto da crise de 2008, que atingiu duramente os países da OCDE, enquanto os BRICs mantiveram o crescimento econômico, estes países percebem a necessidade de aprofundar o diálogo entre si. O acrônimo serviu para interligar um grupo que parecia substancialmente heterogêneo.

Assim, em 2009 ocorre a I Cúpula de Chefes de Estado em Ecaterimburgo na Rússia, onde se discutiu primordialmente a crise financeira e a conjuntura política internacional. Neste encontro decidiu-se pela institucionalização do grupo e a partir de então foram realizadas cúpulas anuais. Brasília sediou a II Cúpula em 2010, a terceira ocorreu em Sanya, na China em 2011, a quarta em Nova Délhi, em 2012; a quinta em Durban, na África do Sul, em 2013; e a sexta em Fortaleza em 2014. A sétima reunião será em Ufa na Rússia, em 2015<sup>21</sup>.

Assuntos securitários, de desenvolvimento sustentável, reforma da ONU, comércio e atuação na OMC, agricultura, ciência e tecnologia, cooperativas, entre outros, também fazem parte da agenda dos BRICS. No entanto, os projetos de destaque e a tônica dos encontros são dados pela busca de soluções para a agenda financeira. A falta de representatividade mantida

---

<sup>20</sup> O estudo da Goldman Sachs não incluía a África do Sul no acrônimo, porém, por razões políticas e de representatividade geográfica, esta passa a integrar o BRICS a partir da Cúpula de 2011.

<sup>21</sup> Definiu-se que As reuniões a partir de Durban (2012) passam a ser sediadas em cada um dos países seguindo a ordem do nome na sigla BRICS.

nas instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) causada pela ponderação pelo valor das cotas nas votações, além da lentidão no ritmo das reformas destas cotas no FMI foram duramente criticadas em todas as reuniões das Cúpulas. Apontou-se também para a incapacidade dos países desenvolvidos, com poder de decisão preponderante, de encontrarem soluções para a crise financeira mundial de 2008. O estabelecimento do G20<sup>22</sup> financeiro como principal fórum de coordenação econômica atual, desde a reunião de Washington em 2008 é celebrada como uma oportunidade de os países do BRICS se articularem a fim de exercer maior influência nos debates mundiais sobre governança financeira.

Neste campo, os BRICS vêm criando soluções inovadoras, como o estabelecimento de um acordo entre os seus bancos de desenvolvimento. Discutido desde 2012, em 2014 assinou-se um tratado para o estabelecimento do Arranjo de Reserva de Contingência para servir como proteção a possíveis crises nos balanços de pagamentos e foi celebrado um acordo entre bancos de desenvolvimento e agências de seguro de crédito às exportações (BRASIL, 2014b).

A maior iniciativa realizada pelos BRICS nesta área foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em julho de 2014, durante as reuniões da VI Cúpula, em Fortaleza. O Brasil havia manifestado interesse em ocupar a presidência do banco, mas acabou cedendo para a Índia. A presidência ficou definida como rotativa a cada 5 anos, obedecendo a ordem Índia, Brasil, Rússia, África do Sul e China. O banco será localizado em Xangai e haverá um escritório regional na África do Sul. O acordo de criação estabeleceu um mecanismo de proteção, no qual cada país entrará com um montante de US\$ 100 bilhões. O propósito do Banco é financiar projetos de desenvolvimento sustentável e infraestrutura, servindo como uma alternativa ao FMI (BRASIL, 2014b).

O BRICS surge, assim, como um grupo forte no cenário internacional, mas difere-se fundamentalmente do IBAS quanto à sua origem e propósitos estratégicos, embora as agendas econômicas, sociais e a defesa de algumas pautas em instituições internacionais se assemelhem. Primeiramente, o BRICS não surge de um esforço diplomático, mas de um reconhecimento externo do potencial econômico dos países. No entanto, o ingresso da África do Sul aponta para o interesse do grupo em servir de mecanismo de articulação política. A entrada deste país também reduziu o isolamento geográfico do Brasil em relação aos outros membros do grupo, tornando mais forte o argumento de representações regionais no diálogo multilateral.

---

Em segundo lugar, a presença da China e da Rússia confere maior relevância política e econômica ao grupo, por serem potências com maiores capacidades de confronto ao *status quo*. Além de se diferenciarem pelo seu regime político, estes países ocupam assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU e possuem capacidades militares superiores aos demais. China e Rússia também não se configuram exatamente como potências emergentes, pois enquanto esta é um antigo polo em busca de recuperação do seu *status* na Guerra Fria, aquela já representa a segunda maior potência econômica, com grande influência política e militar. Dessa forma, as demandas para ampliação da participação em regimes internacionais é ainda maior por parte dos países do IBAS que, com menores capacidades *hard*, contam como melhor estratégia a criação de formas *soft* de exercerem influência na ordem internacional.

Em terceiro lugar, o sentido geoestratégico dos grupos é fundamentalmente diferente. China e Rússia estão articuladas através da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) no contexto eurasiático. Destaca-se ainda que a Índia mantém uma iniciativa trilateral juntamente com a Rússia e a China (RIC). Os três países desenvolvem uma agenda securitária mais intensa, com foco no contexto regional. Por outro lado, Brasil, Índia e África do Sul atuam com o intuito de ampliarem a sua capacidade de atuação e influência no Sul do mundo, buscando atribuir cada vez mais importância a esta região, através do aumento das transações comerciais, rotas de produtos e pessoas e presença militar de forma a garantir a soberania sobre os recursos da região.

Esta aproximação de interesses se dá em um momento de ruptura na ordem internacional, abrindo espaço para novas demandas de países que, apesar de seu peso econômico, militar ou importância regional, não possuem capacidade de influência condizente com as suas realidades nas instâncias de governança global, seja política, securitária ou econômica. Neste sentido, Brasil e Índia, juntamente com África do Sul, China e Rússia atuam de forma a contestar a ordem vigente, seja através de coalizões *soft* que reivindicam reformas nas instituições atuais de modo que possam participar de maneira mais incisiva, seja através da criação de arranjos próprios, a exemplo do NDB.

Em suma, observa-se que as principais diferenças entre o BRICS e o IBAS são:

- a) enquanto o IBAS surge de uma iniciativa política para defender os interesses dos países do Sul frente às assimetrias em relação ao Norte, o BRICS surge do reconhecimento externo do potencial econômico dos seus países;
- b) embora possuam pautas semelhantes, o BRICS possui maior peso internacional para exercer influência na ordem global que o IBAS;



c) a China e a Rússia são elementos destoantes por serem atores relativamente estabelecidos, o que é simbolizado pelo assento permanente no CSNU; enquanto que os países do IBAS consideram as estruturas atuais ultrapassadas e reivindicam reformas por maior participação;

d) o IBAS é formado por três democracias, assim suas demandas e a maneira de abordar determinados temas será feita de modo mais aberto e integrado com a sociedade civil, think tanks e meio acadêmico;

e) o BRICS não abarca uma dimensão geoestratégica, assim como o IBAS, que busca fundamentalmente fortalecer os fluxos entre o Atlântico Sul e o Índico e consolidar a soberania sobre os seus recursos na região.

Sendo assim, cada um destes agrupamentos atende a distintos objetivos de ambos. O BRICS serve aos interesses do Brasil e da Índia ao criar um fórum forte o suficiente para fazer um balanceamento *soft* ao G7, inserindo as suas demandas nos principais debates da governança global. Além disso, o grupo cria alternativas às estruturas vigentes, como o NDB e a aliança entre as Bolsas de Valores dos BRICS, o que permite maior autonomia e novas possibilidades diante de crises ou instabilidades nos países desenvolvidos. Por outro lado, o IBAS permanece como um fórum Sul-Sul por excelência, com um posicionamento mais crítico e pleiteando maior voz na ordem global atual. O IBAS permanece como e espaço para se debater mais livremente algumas questões reformas econômicas, direitos humanos, desenvolvimento e redução da pobreza. Além da coordenação política e criação de projetos de cooperação setoriais, o IBAS visa dar auxílio a países terceiros também em desenvolvimento através do Fundo IBAS. Sendo assim, apesar de o BRICS conter todos os membro do IBAS, a manutenção deste ainda se faz necessária para a estratégia do Brasil e da Índia de atrair fluxos e fortalecer o Sul global.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e Índia apresentam muitas semelhanças enquanto grandes economias, com importância regional e por terem uma participação crescente em instituições de diálogo e governança globais. Ao mesmo tempo, enfrentam profundos desafios internos de ordem socioeconômica, relacionados ao combate (ou alívio) à pobreza e às desigualdades sociais. Este estudo serviu para compreender como são as relações entre estes dois países em um contexto de mudanças na ordem internacional, na qual ambos surgem como polos emergentes.

O sistema internacional atual foi caracterizado como uma “ordem global em mudança” que transita da unipolaridade absoluta dos Estados Unidos para um momento multipolar e é marcada por dois fenômenos: o surgimento de novos polos e o crescimento das relações Sul-Sul.

Além da reascensão de potências no mundo desenvolvido (União Europeia), verifica-se a emergência países semiperiféricos que passam a desempenhar um papel mais ativo em instituições internacionais. Este fato é visível na OMC desde o surgimento do G20 (comercial), na afirmação do G20 (financeiro) como principal fórum da governança financeira global, desde a crise mundial de 2008, e na pressão por parte de diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento por reformas na ONU, tanto no CSNU como em demais organismos.

Verifica-se também o ressurgimento de um terceiro-mundismo com interesses mais pragmáticos. Além do apoio ideológico à superação das assimetrias Norte-Sul, estes países buscam identificar complementaridades para expansão do comércio, novas oportunidades de investimentos e compartilhar experiências para superação de desafios em comum, como a fome, a pobreza e o desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, atuam de forma coordenada no âmbito multilateral para aumentarem seu poder de barganha nas negociações com países desenvolvidos.

Brasil e Índia foram enquadrados no conceito de “potência média” conforme a definição de Lima (2005) – capacidades materiais intermediárias, autopercepção e reconhecimento internacional. Em relação às capacidades materiais, trata-se respectivamente da sétima e da décima maior economia do mundo, da quinta e da segunda maior população, do quinto e sétimo maiores territórios e do décimo terceiro e segundo maiores contingentes militares do planeta. A autopercepção enquanto potência média é evidenciada no pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O reconhecimento se dá pelo número crescente de parcerias e diálogos estratégicos firmados com grandes potências (Estados Unidos, China e União Europeia) e pela recente inserção em fóruns privilegiados

como o G20 financeiro (G8 ampliado) e o G4 (Estados Unidos, União Europeia, Índia e Brasil) no diálogo direto sobre os impasses na OMC. Entretanto, há relutância de diversos países em expressarem apoio à vaga como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Sendo assim, Brasil e Índia ainda necessitam atuar de forma mais incisiva para a legitimação de seus *status* como atores relevantes no sistema internacional.

Para isso, estes países atuam em conformidade com o paradigma de Pape (2005), especialmente a partir da década de 2000. Ao fortalecerem os contatos Sul-Sul, estes países se articulam em agrupamentos inéditos, tais como o BRICS, o IBAS, o G20 comercial e o G4, e utilizam argumentos econômicos, político-diplomáticos e até mesmo humanitários para conclamar maior participação no regime vigente e impor suas demandas na agenda internacional. Uma das razões para isto é a ausência de capacidades econômicas e militares suficientes para balancear a potência hegemônica. Outro motivo seria o fato de estes não enxergarem os Estados Unidos como uma ameaça direta à sua segurança, portanto, utilizam o *soft balancing* como uma forma de apenas reduzir as assimetrias e adquirirem maior poder de barganha.

Durante a década de 1990, a Índia realiza reformas macroeconômicas, com o intuito de se inserir na economia global. A União Soviética, sua principal parceira no período, encerra a Guerra Fria como o lado derrotado. Assim, a Índia faz uma abertura gradual e vai em busca de novos parceiros comerciais, iniciando uma política externa globalista. O Brasil também realiza reformas neoliberais, porém de modo mais rápido e sem contrapartida dos seus principais sócios externos. Seu principal parceiro inicia a década como única superpotência mundial. Dessa forma, o Brasil prioriza as relações com os Estados Unidos, contentando-se com os ganhos secundários ao apoiar os interesses do hegemona. Na busca da “autonomia pela participação”, desempenha um papel ativo nos novos temas da agenda internacional, como direitos humanos e meio-ambiente com o intuito de legitimar-se como país relevante frente às instituições internacionais.

A diferença fundamental entre o Brasil e a Índia neste período foi que, enquanto o Brasil seguia à risca os regimes internacionais buscando ser reconhecido pelo “bom comportamento”, a Índia apostou em uma estratégia de *hard power*, afirmando sua capacidade nuclear. Embora a Índia tenha sofrido sanções em um primeiro momento, a nuclearização proporcionou uma nova correlação de forças na Ásia, fazendo com que esta pudesse rivalizar com a China, além de se tornar um parceiro fundamental para os interesses dos Estados Unidos na região, especialmente na guerra contra o terrorismo. O Brasil, por outro lado, não obteve tamanho sucesso com a “autonomia pela participação”. Assim, na

década seguinte, teve de reorientar a sua política externa e, através da “autonomia pela diversificação”, conquistar o apoio de um maior número de parceiros para que possa ser reconhecido como um Estado influente.

Durante a década de 1990, a Índia já enseja os primeiros contatos com o Brasil. Este mantém uma matriz de política externa neoliberal, prioriza os Estados Unidos e não corresponde às expectativas indianas. Durante esta década, alternam-se momentos de aproximação e afastamento, com assinatura de importantes acordos que acabam por ter pouco efeito prático nos anos seguintes. Isto se deu devido à própria “dança de paradigmas” ou sobreposição de matrizes da política externa brasileira nesta época que, embora mantivesse o seu foco neoliberal, abria janelas desenvolvimentistas que permitiam relações com países do Sul que, no entanto, não eram capazes de evoluir para uma parceria mais efetiva.

A partir do governo de Cardoso o Brasil responde às iniciativas da Índia, realizando a primeira visita de um presidente brasileiro e buscando estabelecer uma agenda comum. Entretanto, o Brasil recua, denunciando o acordo nuclear diante da realização dos testes indianos em 1998. Assim, distancia-se da possibilidade de um projeto de cooperação conjunta em um setor estratégico. Ao final do governo Cardoso, quando se esboça uma nova matriz de inserção exterior, são realizadas iniciativas para maior institucionalização das relações, com a primeira reunião da Comissão Mista. A partir do governo Lula, o Brasil passa a priorizar as relações com a Índia, bem como com os demais países emergentes. Verificam-se intensos esforços político-diplomáticos visando o estreitamento dos laços. Destaca-se que a partir deste período, todas as iniciativas bilaterais fluem para o campo trilateral.

A criação do IBAS em 2003 é um ponto de inflexão nas relações Brasil-Índia. Trata-se de uma iniciativa histórica que vai além da solidariedade entre países do Sul que buscam a cooperação para o desenvolvimento. O IBAS é dotado de conteúdo geoestratégico que objetiva fortalecer os fluxos entre o Atlântico Sul e o Índico e retomar a importância da região em um momento em que as atenções voltam-se ao Pacífico, além de afirmar a soberania destes países sobre o espaço e os recursos naturais da região. Esta dimensão fundamental do IBAS não pôde ser absorvida nem suplantada pelo surgimento do BRICS, em 2009, tornando o IBAS um fórum diferenciado e ainda essencial, mesmo com a crescente relevância dada ao BRICS. Entretanto, o BRICS toma parte da agenda do IBAS ao fazer frente aos países da OCDE enquanto fórum de diálogo sobre os rumos da governança global, particularmente financeira. O BRICS é um arranjo de maior peso não só pelo maior destaque recebido na mídia e no meio acadêmico, mas por propor iniciativas de maior impacto, como o Novo Banco de Desenvolvimento.

O surgimento destes fóruns tornou a agenda Brasil-Índia intensa, com encontros de alto nível em uma frequência anual. O diálogo passa a ocorrer em três esferas, no âmbito dos BRICS, em seguida do IBAS e então bilateral (entre chefes de governo, chanceleres, ministros, acadêmicos, empresários e grupos de trabalho). Os intensos contatos no âmbito multilateral, especialmente após 2006, quando ocorre a Primeira Cúpula do IBAS, trouxeram uma contrapartida positiva ao comércio.

Neste sentido, celebra-se o aumento do comércio em mais de 50 vezes entre 1991 e 2013. Entretanto, essas trocas são bastante induzidas pela ação estatal. No plano microeconômico persiste o amplo desconhecimento mútuo entre as duas sociedades. O empresariado que recebe incentivos do governo é capaz de se inserir no mercado do país parceiro, porém, há poucas iniciativas empreendedoras.

Dessa forma, o presente trabalho argumenta que a parceria estratégica entre o Brasil e a Índia não se dá de forma “natural”, ou seja, baseada em complementaridades evidentes. As relações bilaterais nas últimas décadas são pautadas por esforços políticos com contrapartida ainda não condizente nas cifras de comércio, índices de investimento ou desenvolvimento de projetos expressivos de cooperação técnica. Entretanto, os Estados insistem na busca por identificar novas potencialidades, pois se reconhece a necessidade do fortalecimento da parceria, tendo em vista interesses mais abrangentes de apoio mútuo para que ocupem um melhor posicionamento no sistema internacional. Estes países perceberam que atuando de maneira coordenada nos fóruns internacionais, possuem maior capacidade para fazerem valer os seus interesses. Esta visão é corroborada pela virada nas negociações na OMC a partir do surgimento do G20. Este grupo também demonstrou a capacidade de liderança indo-brasileira frente aos demais países em desenvolvimento e os benefícios a todos estes países ao apoiarem esta iniciativa.

Em suma, atingiu-se o principal objetivo de identificar quais são os interesses fundamentais nas relações Brasil-Índia, confirmando a hipótese de que estes países instrumentalizam a parceria como um modo de fortalecerem as suas capacidades de atuação enquanto potências. O estabelecimento de laços tem propósitos mais abrangentes do que os de inserção em um novo mercado, aumento das trocas comerciais, investimentos ou acordos de cooperação técnica. A sua natureza primordial é a construção de uma parceria forte que alimente a confiança mútua para que haja apoio recíproco na reivindicação por um papel de liderança na ordem global. Dessa forma, esta não pode ser vista como uma parceria “natural”, no sentido de ser fruto de complementaridades, mas como resultado de interesses estratégicos.

Isto é, estes países compreendem a importância do apoio mútuo para a obtenção de objetivos em comum no médio e longo prazo.

Entretanto, o trabalho ainda identificou o surgimento de elementos que vão além dos sugeridos na hipótese. Até o início dos anos 2000, a aproximação político-diplomática não era condizente com o volume de comércio bilateral, dada a baixa complementaridade das economias e as barreiras culturais e geográficas. Porém, a intensificação dos contatos políticos em diversos fóruns com destaque para a I Cúpula do IBAS e a criação do BRICS tem melhorado o desempenho do intercâmbio comercial destes países que cresce mais de 160% ao ano desde 2005. Assim, embora o destaque da parceria seja o campo político, especialmente na esfera multilateral, estas estão incidindo na área dos negócios e criando novas oportunidades.

Conforme afirma Farias (2013, p. 26), nas parcerias estratégicas “é importante haver a convergência de interesses de que o aprofundamento do relacionamento bilateral é essencial para realizar objetivos centrais dos respectivos parceiros, sejam de política externa ou de matérias domésticas”. Neste sentido, ainda é imperativa a ampliação da interdependência e a materialização da parceria estratégica tanto através de um comércio ainda mais expressivo quanto na elaboração de projetos concretos em áreas estratégicas. A maior potencialidade reside no apoio mútuo ao desenvolvimento socioeconômico e científico-tecnológico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, et all. **A Influência Das Barreiras Culturais Nas Estratégias De Venda De Empresas Exportadoras Brasileiras – Um Estudo Sobre Exportações Para A Índia.**

2005. Disponível em: <<http://meusite.mackenzie.com.br/leitepr/Microsoft%20Word%20-%20Barreiras%20Culturais%20-%20India.pdf>> Acesso em: : 09/10/2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional.** 47 (1): 162-184, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a08.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

ARON, Raymond. **Paix et guerre entre les nations.** Calmann-Lévy: Paris, 1962.

BARROS, Deolindo. **A Cooperação Sul-Sul Índia/Brasil/África Do Sul (Ibas) Durante Os Governos Lula (2003-2010): Potencialidades E Limites Deste Fórum De Diálogo.** 2010.

34° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Disponível em:

[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1604&Itemid=350](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1604&Itemid=350) Acesso em: 09/10/2014.

BATISTA, Paulo. A Política Externa de Collor: modernização ou retrocesso? **Política Externa.** Vol 1, nº4, 1993, mar, p. 107-135.

BECARD, Danielly. Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: Uma análise conceitual. In: OLIVEIRA, Henrique; LESSA, Antônio (Org.) **Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 36-65.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores **IX Conferência Ministerial da OMC.** 2013a, dezembro. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/ix-conferencia-ministerial-da-omc> Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Ata da Sexta Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia.**

Brasília, 2013b, out. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/ata-da-sexta-reuniao-da-comissao-mista-de-cooperacao-politica-economica-cientifica-tecnologica-e-cultural-brasil-india-brasilia-15-de-outubro-de-2013>> Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Divisão de Atos Internacionais (DAI).** 2014a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br>> Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Entrevista Conjunta do Chanceler Amorim e do *Ministro* de Assuntos *Exteriores* da Índia. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras->

**comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/entrevista-conjunta-do-chanceler-celso-amorim-e-do/print-nota** Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Índia**. 2010a, abril. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/asia-e-oceania/india/pdf> Acesso em: 28/10/2014

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Sixth Summit: Fortaleza Declaration and Action Plan**. 2014b, jun. Disponível em: <http://brics6.itamaraty.gov.br/category-english/21-documents/223-sixth-summit-declaration-and-action-plan> Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Rodada Doha da OMC**. 2010b. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/copy\\_of\\_desenvolvimento-comercio-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/rodada-doha-da-omc](http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/copy_of_desenvolvimento-comercio-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/rodada-doha-da-omc) Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Intercâmbio Comercial Brasil-Índia**. Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. 2014c. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576> Acesso em: 09/10/2014.

\_\_\_\_\_. Presidente Fernando Henrique Cardoso. Discurso Durante Viagem à Índia. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 1996, jan-jul.

\_\_\_\_\_. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Visita do Presidente da República à Índia. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 2004, jan-jul.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2012.

CHADE, Jamil. **“OMC consegue primeiro acordo em 20 anos”**. O Estado de São Paulo. 2014, novembro. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,omc-consegue-primeiro-acordo-em-20-anos,1599104> Acesso em: 29/11/2014

COSTA, Florência; SHOBHAN Saxena. A Índia que os indianos vêem. **Revista Insight Inteligência**. 2007, p. 106-124 Disponível em: [http://www.insightinteligencia.com.br/37/PDFs/mat\\_07.pdf](http://www.insightinteligencia.com.br/37/PDFs/mat_07.pdf) Acesso em: 12/11/2014  
Disponível em: [http://www.me.gov.in/images/pdf/main\\_2006.pdf](http://www.me.gov.in/images/pdf/main_2006.pdf) Acesso em: 09/10/2014.



FARIAS, Rogério. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. In: OLIVEIRA, Henrique; LESSA, Antônio (Org.) **Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 15-35.

FERREIRA, Vinícius. **Uma parceria consolidada? Os Aspectos políticos, estratégicos e comerciais do relacionamento contemporâneo entre Brasil e Índia (de 1992 a 2009)**. UCB. Monografia – Relações Internacionais. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1332/1/Vinicius%20Lucio%20Ferreira.pdf>> Acesso em: 28/10/2014

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**. 53 (1): 141-156 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a08v53n1.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**. 1989. Disponível em: <<http://www.wesjones.com/eoh.htm>> Acesso em: 12/11/2014

GANGULY; PARDESI. Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy. **India Review**. Vol. 8, n. 1, 2009, p. 4–19. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14736480802665162#.VHgQPWeleQg>> Acesso em: 12/11/2014

IKENBERRY, G. John; WRIGHT, Thomas. **Rising Powers and Global Institutions**. New York: The Century Foundation, 2008 Disponível em: <<http://old.tcf.org/publications/pdfs/pb635/ikenberry.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

INDIA. Ministry of Commerce & Industry. **Total Trade: Top 25 countries**. Department of Commerce. 2014a Disponível em: <<http://commerce.nic.in/eidb/iecnttopn.asp>> Acesso em: 15/11/2014

\_\_\_\_\_. Ministry of External Affairs. **IBSA** [India, Brazil & South Africa]. 2013, abril. Disponível em: <http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?21578/IBSA+India+Brazil+amp+South+Africa> Acesso em: 09/10/2014

\_\_\_\_\_. Ministry of External Affairs. **India-Brazil Relations**. 2014b, agosto. Disponível em: <[http://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brazil\\_\\_May\\_2014.pdf](http://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brazil__May_2014.pdf)> Acesso em: 28/10/2014

\_\_\_\_\_. Prime Minister Dr. Manmohan Singh. **India's Foreign Relations – 2006 Part I**. Nova Délhi, 2007. Disponível em: <[http://www.mea.gov.in/images/pdf/main\\_2006.pdf](http://www.mea.gov.in/images/pdf/main_2006.pdf)> Acesso em: 28/10/2014

JAIN, Dinesh . **India's Foreign Policy**. Text version of a lecture delivered by Ambassador (Retd.) Dinesh Kumar Jain at IIT, Mandi. 2014. Disponível em:  
<<http://www.simplydecoded.com/tag/indias-foreign-policy/>> Acesso em: 22/11/2014

KUX, Dennis. **India's Fine Balance**. Foreign Affairs. 2002, maio, junho. Disponível em:  
<<http://www.foreignaffairs.com/articles/58009/dennis-kux/indias-fine-balance>> Acesso em: 12/11/2014

LAÏDI, Zaki. **What multipolarity really means**. 2012. Disponível em:  
<<http://www.laidi.com/sitedp/sites/default/files/Week%201.pdf>> Acesso em: 12/11/2014

LAMPREIA, Luiz. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **RBPI**. Vol 42, nº2, 1998, p. 5-17.

LANDIM, Raquel. **“OMC conclui primeiro acordo comercial global em quase 20 anos”**. Folha de São Paulo. 2013, dezembro. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/12/1382377-omc-conclui-primeiro-acordo-comercial-global-em-18-anos.shtml> > Acesso em: 09/10/2014.

LESSA, Antônio. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol.53 no.spe. Brasília, 2010. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300007)>  
Acesso em: 15/07/2013

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 48 (1): 24-59 2005. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

LIMA, Maria. Na trilha de uma política externa afirmativa. **Observatório da Cidadania**. 2003, p 94-100. Disponível em:  
[http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileirog2003\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileirog2003_bra.pdf) Acesso em: 15/07/2013

MACEDO, Danilo. **“Brasil lamenta atraso para acordos de facilitação do comércio internacional”**. Agência Brasil. 2014, outubro. Disponível em:  
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-10/brasil-lamenta-atraso-para-acordos-de-facilitacao-do-comercio-internacional>> Acesso em: 28/11/2014

MAIOR, Souto. Desafios de uma política externa assertiva. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.46 nº.1 Brasília, 2003. Disponível em:

MOORE, Candice. **The ‘new’ Middle Powers, Vision and Order in International Politics: triumph of liberalism or opportunity missed?** London School of Economics and Political Science. Paper presented at the NISA Conference 2007, Odense. 23-25 May, 2007.

Disponível em: <<http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/CEMOORE.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

MUKHERJEE, Rohan; MALONE, David. Indian foreign policy and contemporary security challenges. **International Affairs**. Vol 87:1. 2011, p. 87–104. Disponível em: <<http://scholar.princeton.edu/rmukherj/publications/indian-Foreign-Policy-And-Contemporary-Security-Challenges>> Acesso em: 12/11/2014.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs. Global Economics Paper No: 66, 2001. Disponível em: < <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf> > Acesso em: 15/07/2013

ODGEN, Chris. **Indian Foreign Policy**. Polity Press: Cambridge, 2014

OLIVEIRA, Marcelo. MORENO, Fernandes. Negociações comerciais internacionais e democracia: o contencioso Brasil x EUA das patentes farmacêuticas na OMC. **Dados** vol.50 no.1 Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100007)> Acesso em: 09/10/2014.

OLIVEIRA, Henrique; LESSA, Antônio(Org.). **Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio. O espaço do IBAS na Política Externa Brasileira. In: LESSA, Antônio; OLIVEIRA, Henrique. **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PAPE, Robert. Soft Balancing against the United States. **International Security**. Vol. 30, N. 1.2005. P. 7–45. Disponível em: < [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/1019-is-30-1\\_final\\_02-pape.pdf](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/1019-is-30-1_final_02-pape.pdf)> Acesso em: 12/11/2014

PATRIOTA, Antônio A. **Discurso na cerimônia do Dia do Diplomata – formatura da turma de alunos do Instituto Rio Branco**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/discurso-na-cerimonia-do-dia-do-diplomata-2013-formatura-da-turma-de-alunos-do-instituto-rio-branco-brasilia-20-de-abril-de-2012> Acesso em: 21/10/2012

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Existo Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 51 (2): 136-153, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 9. ed. Petrópolis : Vozes, 2012.

PINHEIRO, Cláudio; VIEIRA; Maíra. Índia e Brasil: temporalidades e escalas de um diálogo. In: LESSA, Antônio; OLIVEIRA, Henrique. **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA**. Nova Iorque/EUA, 25 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua> Acesso em: 21/10/2012

SANTOS, Bruna. **As Coalizões Sul-Sul e a Política Externa do Governo Lula: O Caso do Brasil no G20 Comercial**. Trabalho de Diplomação em Relações Internacionais - UFRGS. 2001 Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40277/000826831.pdf?sequence=1> Acesso em: 09/10/2014.

SANTOS, Clara; STEFFEN, Patrícia. **Índia: Perfil e Oportunidades Comerciais**. Apex-Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/112012PerfilOportunidadesComerciaisndia\\_20130117183408.pdf](http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/112012PerfilOportunidadesComerciaisndia_20130117183408.pdf) > Acesso em: 09/10/2014.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SHOURIE. Shri. **BJP Philosophy: Hindutva (Cultural Nationalism)**. Bharatiya Janata Party. 1996. Disponível em: <http://www.bjp.org/en/about-the-party/philosophy/philosophy> > Acesso em: 12/11/2014

SILVA, André. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano 47**. Vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010, p. 18 a 24. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/637/752> > Acesso em: 13/11/2014

\_\_\_\_\_. **Do Otimismo Liberal À Globalização Assimétrica: A Política Externa Do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. UFRGS. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2008, maio. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14743> > Acesso em: 15/11/2014

STUENKEL, Oliver. **Manter separados o BRICS e o IBAS**. Post-Western World. 2012, setembro. Disponível em: <http://www.postwesternworld.com/2012/09/20/manter-separados-o-brics-e-o-ibas/> Acesso em: 28/11/2014

VIEIRA, Maíra. A Emergência da Índia como potência: ruptura ou continuidade? In: VISENTINI et all. **BRICS: As Potências Emergentes**. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002)>  
Acesso em: 15/07/2013

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social – USP**. 2003, novembro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a03v15n2>> Acesso em: 15/11/2014

VIOTTI, Maria. **A Reforma das Nações Unidas**. 2010. Disponível em:  
<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXIII%20CAD/Politica/A%20Reforma%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20-%20VIOTTI.pdf> Acesso em: 09/10/2014

VISENTINI, Paulo. A Dimensão Geoestratégica do IBAS. In: ZHEBIT, Alexander (Org.) **Brasil-Índia-África do Sul: emergência do Sul Global**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010

\_\_\_\_\_. **O G-3 E O G-20: O BRASIL E AS NOVAS COALIZÕES Internacionais**. NERINT.2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>>  
Acesso em: 15/11/2014

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Introdução: O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, Paulo Fagundes; WIESEBRON, Marianne (Org.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade?; pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.15-18.

WALTZ, Kenneth. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**. Vol. 18, N. 2. 1993, p. 44-79 Disponível em:  
<[Http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Waltz%201993.pdf](http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Waltz%201993.pdf)> Acesso em: 12/11/2014

WORLD BANK. **Brazil**. 2014. Disponível em:<[Http://www.worldbank.org/pt/country/brazil](http://www.worldbank.org/pt/country/brazil)> Acesso em: 13/11/2014

WORLD BANK. **India**. 2014. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/india>>  
Acesso em: 12/11/2014

**WTO stand in interests of poor, Modi says.** The Times of India. 2014, agosto. Disponível em: <http://www.mea.gov.in/articles-in-indian-media.htm?dtl/23883/WTO+stand+in+interests+of+poor+Modi+says> Acesso em: 09/10/2014.

## ANEXO A – ACORDOS BRASIL-ÍNDIA

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	16/07/2014	16/07/2014	Vigente
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Estabelecendo Cooperação na Ampliação de uma Estação Terrestre Brasileira para o Recebimento e Processamento de Dados de Satélites de Sensoriamento Remoto Indianos (SRI)	16/07/2014		Em Tramitação
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia destinada a evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Nova Delhi, em 26 de abril de 1988	15/10/2013		Em Tramitação
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013		Em Tramitação
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	30/03/2012	30/03/2012	Vigente
Programa Executivo de Intercâmbios Culturais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o Período 2012-2014	30/03/2012	30/03/2012	Vigente
Declaração de Intenções para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Promoção dos Direitos da Mulher e da Criança	30/03/2012	30/03/2012	Vigente
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA	30/03/2012	28/06/2012	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia em Cooperação na Área de Biotecnologia	30/03/2012	30/03/2012	Vigente
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Índia (2011)	08/03/2011		Em Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Índia para a Cooperação em Agricultura e Setores Afins	16/04/2008	16/04/2008	Vigente
Memorando de Entendimento para Cooperação no setor de Petróleo e Gás Natural entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério do Petróleo e Gás Natural da Índia	16/04/2008	16/04/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Índia na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária	16/04/2008	16/04/2008	Vigente
Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Índia	16/04/2008		Em Tramitação
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Infra-Estrutura	18/02/2008	18/02/2008	Vigente
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Esportes e Assuntos de Juventude	18/02/2008	18/02/2008	Vigente
Memorando de Entendimento sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza	18/02/2008	18/02/2008	Vigente
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas	12/09/2007	12/09/2007	Vigente

Ajuste Complementar sobre Cooperação para a Ampliação da Estação Brasileira Terrestre de Recepção e Processamento de Dados dos Satélites de Sensoriamento Remoto da Índia	04/06/2007		Em Tramitação
Acordo de Co-Produção Audiovisual	04/06/2007	01/11/2011	Vigente
Acordo sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/06/2007		Em Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia com Vistas à Implementação das Semanas de Cultura Brasileira na Índia e das Semanas de Cultura Indiana no Brasil	12/09/2006	12/09/2006	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia para Cooperação na Área de Assentamentos Humanos	12/09/2006	12/10/2006	Vigente
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/09/2006		Em Tramitação
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Índia	12/09/2006		Em Tramitação
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006		Em Tramitação
Programa Executivo Cultural entre o Brasil e a Índia para os Anos 2006-2007	02/02/2006		Não Vigente
Programa de Intercâmbio de Cooperação entre o Brasil e a Índia no Campo da Educação	01/02/2006	01/02/2006	Vigente
Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre o Brasil e a Índia	25/01/2004		Em Tramitação
Programa Executivo Cultural para os Anos 2004-2005	25/01/2004	25/01/2004	Não Vigente
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços.	25/01/2004	17/11/2004	Vigente
Acordo de Cooperação na Área do Turismo	25/01/2004		Em Tramitação
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	01/12/2003	27/12/2006	Vigente
Memorando de Entendimento que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural.	22/08/2002		Vigente
Memorando de Entendimento Rererente a Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes.	08/04/2002		Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, na Área de Saúde e Medicina.	05/05/1998	05/05/1998	Vigente
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países.	05/05/1998	05/05/1998	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.	02/07/1997	03/08/1997	Vigente
Agenda Comum para o Meio Ambiente.	27/01/1996	27/01/1996	Vigente
Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-Índia para Cooperação Científica e Tecnológica.	27/01/1996	27/01/1996	Vigente
Declaração Conjunta sobre o Termo de Referência para a Constituição do Conselho Comercial Indo-Brasileiro.	27/01/1996	27/01/1996	Vigente
Ajuste Complementar, ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário.	15/09/1993	15/09/1993	Vigente
Memorandum de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.	22/02/1992	22/02/1992	Vigente



Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/04/1988	11/03/1992	Vigente
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia.	22/07/1985	24/01/1990	Vigente
Acordo sobre a Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear.	18/12/1968	02/03/1970	Não Vigente
Acordo de Cooperação Cultural.	23/09/1968	26/06/1970	Vigente
Acordo de Comércio.	03/02/1968	27/08/1969	Vigente
Acordo Comercial.	21/07/1932		Não Vigente

Fonte: Brasil (2014a).

## ANEXO B – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTURA (A/B)
1991	165.657.535	-1,23	0,52	21.520.889	154,3	0,1	144.136.646	187.178.424	7,7
1992	148.699.147	-10,24	0,42	28.273.709	31,38	0,14	120.425.438	176.972.856	5,26
1993	124.816.178	-16,06	0,32	91.128.912	222,3	0,36	33.687.266	215.945.090	1,37
1994	621.180.628	397,7	1,43	88.019.402	-3,41	0,27	533.161.226	709.200.030	7,06
1995	319.993.414	-48,49	0,69	167.800.603	90,64	0,34	152.192.811	487.794.017	1,91
1996	184.915.784	-42,21	0,39	185.770.662	10,71	0,35	-854.878	370.686.446	1
1997	166.296.026	-10,07	0,31	216.153.816	16,36	0,36	-49.857.790	382.449.842	0,77
1998	144.886.031	-12,87	0,28	211.682.062	-2,07	0,37	-66.796.031	356.568.093	0,68
1999	313.903.764	116,7	0,65	169.988.225	-19,7	0,35	143.915.539	483.891.989	1,85
2000	217.450.483	0,00	0,39	271.355.071	0,00	0,49	-53.904.588	488.805.554	0,80
2001	285.407.449	31,25	0,49	542.790.833	100,03	0,98	-257.383.384	828.198.282	0,53
2002	653.737.166	129,05	1,08	573.183.730	5,60	1,21	80.553.436	1.226.920.896	1,14
2003	553.696.147	-15,30	0,76	485.743.944	-15,26	1,01	67.952.203	1.039.440.091	1,14
2004	652.553.131	17,85	0,67	556.069.715	14,48	0,88	96.483.416	1.208.622.846	1,17
2005	1.137.930.199	74,38	0,96	1.202.914.200	116,32	1,63	-64.984.001	2.340.844.399	0,95
2006	938.889.310	-17,49	0,68	1.473.951.621	22,53	1,61	-535.062.311	2.412.840.931	0,64
2007	957.854.449	2,02	0,60	2.169.274.206	47,17	1,80	-1.211.419.757	3.127.128.655	0,44
2008	1.102.342.120	15,08	0,56	3.564.304.236	64,31	2,06	-2.461.962.116	4.666.646.356	0,31
2009	3.415.040.261	209,80	2,23	2.191.096.530	-38,53	1,72	1.223.943.731	5.606.136.791	1,56
2010	3.492.350.604	2,26	1,73	4.242.465.822	93,62	2,33	-750.115.218	7.734.816.426	0,82
2011	3.200.695.296	-8,35	1,25	6.081.030.475	43,34	2,69	-2.880.335.179	9.281.725.771	0,53
2012	5.576.930.397	74,24	2,30	5.042.827.722	-17,07	2,26	534.102.675	10.619.758.119	1,11
2013	3.130.072.734	-43,87	1,29	6.357.468.013	26,07	2,65	-3.227.395.279	9.487.540.747	0,49

Fonte: Brasil (2014c)